

Equatorial S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e
consolidadas em 31 de março de 2026

Equatorial S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	10
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	15
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS	17
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)	19
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS (CONSOLIDADO)	21
8	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR (CONSOLIDADO)	23
9	PARTES RELACIONADAS	24
10	OUTRAS CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)	27
11	INVESTIMENTOS	30
12	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (CONSOLIDADO)	35
13	IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)	35
14	INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)	37
15	ATIVOS DE CONTRATO (CONSOLIDADO)	38
16	AVALIAÇÃO DE IMPAIRMENT PARA OS ATIVOS COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	39
17	FORNECEDORES (CONSOLIDADO)	39
18	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	41
19	DEBÊNTURES	44
20	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (CONSOLIDADO)	47
21	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	48
22	VALORES A PAGAR DE ACORDO COM O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – EQUATORIAL PARÁ	51
23	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)	53
24	PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES	54
25	OUTRAS CONTAS A PAGAR (CONSOLIDADO)	55
26	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56
27	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	57
28	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO)	60
29	CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (CONSOLIDADO)	61
30	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA (CONSOLIDADO)	62
31	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS (CONSOLIDADO)	63
32	RESULTADO FINANCEIRO	63
33	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	65
34	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	73
35	OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	75
36	SEGMENTO DE NEGÓCIOS	78
37	COMPROMISSOS FUTUROS	81
38	EVENTOS SUBSEQUENTES	82



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial S.A.
São Luis - MA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Equatorial S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



**Shape the future
with confidence**

Ênfase

Créditos especiais - Funac

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 10 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que a Controlada Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. mantém registrado na rubrica de outros créditos a receber “Créditos especiais - Funac”, no montante de R\$ 715.938 mil líquidos de provisão para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais da Controlada, relativos a fatos geradores ocorridos antes da venda do controle acionário da atual controlada para a Eletrobras, que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual 17.555/2012 e regulamentação definida pelo Decreto Estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento destes valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 35 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em decorrência da alienação do controle do Grupo Transmissão em 31 de outubro de 2025, os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período correspondente anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados de forma a refletir o segmento operacional de transmissão de energia como operação descontinuada, conforme requerido pelo CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e pela IFRS 5 – Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Fortaleza, 13 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Nathália Araújo Domingues
Nathália Araújo Domingues
Contadora CRC CE-020833/O

Equatorial S.A. e Consolidado
Balancos patrimoniais
31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)



	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025		
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	710.420	608.598	5.667.914	2.659.827					
Aplicações financeiras	5	13.978	932.901	5.225.564	7.822.072	17,1	-	457.372	458.432	
Contas a receber de clientes	6	-	-	9.308.782	9.491.337		1.794	2.208	192.268	178.670
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	918.894	710.572	18	-	-	3.866.966	3.499.540
Subvenção-CCC		-	-	118.397	130.131	19	8.520	65.676	816.165	913.945
Serviços pedidos		-	-	749.400	751.533	20	31.358	25.396	1.391.603	1.457.140
Impostos e contribuições a recuperar	8	8	8	1.600.566	1.536.954		70.844	83.809	255.184	251.805
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		159.797	176.866	911.686	805.679	7	-	-	169.670	205.506
Dividendos a receber	9	754.353	760.515	308.748	308.748		142.646	142.737	336.792	336.887
Almoxarifado		-	-	301.763	291.436		-	-	264.747	271.194
Depósitos judiciais	23	2.916	2.778	18.045	24.063		-	-	339.993	366.972
Instrumentos financeiros derivativos	33,4	-	-	-	19.470		16.081	13.009	278.645	206.740
Compromissos futuros	37	-	-	169.464	171.622		-	-	181.487	146.875
Outras contas a receber	10	22.562	38.403	1.994.431	1.881.552	23	-	-	1.494.073	1.551.426
Total do ativo circulante		1.664.034	2.520.069	27.293.654	26.604.996				314.587	458.478
Não circulante									111.730	109.765
Aplicações financeiras	5	-	-	719.810	724.835		-	-	67.569	14.283
Contas a receber de clientes	6	-	-	805.382	824.227		-	-	13.339	12.936
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	815.534	1.102.886		-	-	151.022	117.971
Impostos e contribuições a recuperar	8	1	-	2.322.228	2.362.940		274.383	336.988	2.157.406	2.274.714
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		301	301	142.628	176.123				17.523.209	17.803.899
Serviços pedidos		-	-	200.543	200.694		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	3.409.390	3.402.456		-	-	22.117	23.003
Depósitos judiciais	23	-	-	765.259	739.907		1.497.091	1.496.848	16.443.281	17.478.963
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		-	-	334.434	349.930		7	-	35.715.001	32.579.315
Benefício pós-emprego		-	-	35.212	34.536		20	806	82.105	134.179
Instrumentos financeiros derivativos	33,4	-	2.190	-	6.747		20	827	2.916.768	2.921.492
Compromissos futuros	37	-	-	72.339	71.611		21	744	1.380.336	1.333.604
Outras contas a receber	10	177.197	179.805	723.617	759.998		-	-	1.884	9.812
Investimentos	11	26.262.526	25.246.249	7.754.149	7.568.289		22	-	857.214	885.070
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	19.918.057	19.135.756		23	-	3.168.133	3.198.308
Imobilizado	13	2.240	2.354	6.496.127	6.540.907		24	-	1.533.359	1.499.858
Intangível	14	4.445	4.595	31.692.571	31.729.991		-	-	1.104.801	1.110.534
Direito de uso		-	-	462.651	467.975		11	629.444	351.288	-
Ativos de contrato	15	-	-	7.828.382	6.799.140		33,4	-	1.045.902	620.868
Total do ativo não circulante		26.446.710	25.435.494	84.498.313	82.998.948				84.583	87.196
Total do ativo		28.110.744	27.955.563	111.791.967	109.603.944				25.265	28.180
Passivo									1.269.372	1.195.536
Circulante									2.149.887	1.867.036
Fornecedores	17	3.140	4.138	4.662.591	4.970.620				2.149.887	1.867.036
Fornecedores - Risco sacado	17,1	-	-	457.372	458.432				66.069.435	63.472.098
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		1.794	2.208	192.268	178.670				-	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	3.866.966	3.499.540				-	-
Debêntures	19	8.520	65.676	816.165	913.945				-	-
Impostos e contribuições a recolher	20	31.358	25.396	1.391.603	1.457.140				-	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		70.844	83.809	255.184	251.805				-	-
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	169.670	205.506				-	-
Dividendos a pagar		142.646	142.737	336.792	336.887				-	-
Contribuição de iluminação pública		-	-	264.747	271.194				-	-
Encargos setoriais		-	-	339.993	366.972				-	-
Participação nos lucros		16.081	13.009	278.645	206.740				-	-
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial		-	-	181.487	146.875				-	-
Provisão para riscos judiciais	23	-	-	1.494.073	1.551.426				-	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	24	-	-	314.587	458.478				-	-
Benefício pós-emprego		-	-	111.730	109.765				-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33,4	-	-	67.569	14.283				-	-
Passivo de arrendamento		-	-	13.339	12.936				-	-
Compromissos futuros	37	-	-	151.022	117.971				-	-
Outras contas a pagar	25	-	15	2.157.406	2.274.714				-	-
Total do passivo circulante		274.383	336.988	17.523.209	17.803.899					
Não circulante										
Fornecedores	17	-	-	22.117	23.003					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	16.443.281	17.478.963					
Debêntures	19	1.497.091	1.496.848	35.715.001	32.579.315					
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	82.105	134.179					
Impostos e contribuições a recolher	20	806	827	2.916.768	2.921.492					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	744	1.380.336	1.333.604					
PIS e COFINS diferidos		-	-	1.884	9.812					
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	22	-	-	857.214	885.070					
Provisão para riscos judiciais	23	-	-	3.168.133	3.198.308					
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	24	-	-	1.533.359	1.499.858					
Benefício pós-emprego		-	-	1.104.801	1.110.534					
Encargos setoriais		-	-	419.314	366.180					
Provisão para perda em investimento	11	629.444	351.288	-	-					
Instrumentos financeiros derivativos	33,4	-	-	1.045.902	620.868					
Passivo de arrendamento		-	-	84.583	87.196					
Compromissos futuros	37	-	-	25.265	28.180					
Outras contas a pagar	25	22.546	17.329	1.269.372	1.195.536					
Total do passivo não circulante		2.149.887	1.867.036	66.069.435	63.472.098					
Patrimônio líquido										
Capital social	26									
Ações em tesouraria	26,1	22.174.037	22.169.281	22.174.037	22.169.281					
Reservas de capital		(163.136)	(123.712)	(163.136)	(123.712)					
Reservas de lucros	26,2	1.357.982	1.798.082	1.357.982	1.798.082					
Ajuste de avaliação patrimonial	26,3	1.816.733	1.816.733	1.816.733	1.816.733					
Resultado do período		76.393	91.155	76.393	91.155					
Atribuível aos acionistas da Companhia		25.686.474	25.751.539	25.686.474	25.751.539					
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	2.512.849	2.576.408					
Total do patrimônio líquido		25.686.474	25.751.539	28.199.323	28.327.947					
Total do passivo e patrimônio líquido		28.110.744	27.955.563	111.791.967	109.603.944					

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025 (reapresentado)	31/03/2026	31/03/2025 (reapresentado)
Operações em continuidade					
Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas		-	-	12.749.940	11.383.728
Receita operacional líquida	28	-	-	12.749.940	11.383.728
Energia elétrica comprada para revenda	30	-	-	(5.560.778)	(4.920.863)
Custo de construção		-	-	(2.545.304)	(2.287.533)
Custo da operação		-	-	(1.188.843)	(1.009.961)
Custos de energia elétrica, construção e operação	29	-	-	(9.294.925)	(8.218.357)
Lucro bruto		-	-	3.455.015	3.165.371
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	29	(17)	(6)	(294.010)	(275.556)
Despesas gerais e administrativas	29	(25.575)	(31.171)	(680.194)	(566.691)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	29	-	-	(247.032)	(191.539)
Resultado da equivalência patrimonial	11	489.676	499.993	253.732	213.691
Outras despesas operacionais, líquidas	31	(14.769)	(1.667)	(162.891)	(184.115)
Total de receitas (despesas) operacionais		449.315	467.149	(1.130.395)	(1.004.210)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		449.315	467.149	2.324.620	2.161.161
Receitas financeiras	32	34.634	129.167	2.482.770	1.729.086
Despesas financeiras	32	(51.955)	(131.455)	(3.986.740)	(3.102.803)
Resultado financeiro	32	(17.321)	(2.288)	(1.503.970)	(1.373.717)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		431.994	464.861	820.650	787.444
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21.4	(8.273)	-	(152.161)	(129.854)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21.4	744	(18.600)	(61.733)	(61.216)
Impostos sobre o lucro		(7.529)	(18.600)	(213.894)	(191.070)
Lucro das operações em continuidade		424.465	446.261	606.756	596.374
Operações descontinuadas					
Lucro das operações descontinuadas	35	-	109.907	-	109.907
Lucro líquido do período		424.465	556.168	606.756	706.281
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		424.465	556.168	424.465	556.168
Acionistas não controladores		-	-	182.291	150.113
Lucro líquido do período		424.465	556.168	606.756	706.281
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia - R\$	26.4			0,33761	0,44426
Resultado por ação diluído atribuível aos acionistas da Companhia - R\$	26.4			0,33745	0,44406
Resultado por ação básico de operações em continuidade atribuível aos acionistas da Companhia - R\$	26.4			0,33761	0,35647
Resultado por ação diluído de operações em continuidade atribuível aos acionistas da Companhia - R\$	26.4			0,33745	0,35630
Quantidade de ações ordinárias no final do período (em milhares de ações)				1.259.235	1.253.848

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado**Demonstrações dos resultados abrangentes****Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025****(Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	424.465	556.168	606.756	706.281
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado Hedge e benefícios pós emprego, líquidos de tributos diferidos	(14.762)	668	(19.152)	16.801
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	(14.762)	668	(19.152)	16.801
Total dos resultados abrangentes	409.703	556.836	587.604	723.082
Acionistas controladores	409.703	556.836	409.703	556.836
Acionistas não controladores	-	-	177.901	166.246
Total dos resultados abrangentes	409.703	556.836	587.604	723.082

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



Notas	Reserva de lucros										Resultado do período	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais reflexa	Reserva para investimento e expansão	Reserva de lucros a realizar	Reserva de dividendos adicionais	Ajuste de avaliação patrimonial					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.466.882	(58.348)	2.124.228	313.061	-	10.302.561	1.009.810	558	(45.066)	-	26.113.686	3.773.900	29.887.586	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	556.168	556.168	150.113	706.281	
Aumento de capital	116.762	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.762	10.942	127.704	
Pagamento baseado em ações - Stock options	-	-	(5.072)	-	-	-	-	-	-	-	(5.072)	-	(5.072)	
Pagamento baseado em ações - Matching Shares	-	-	1.767	-	-	-	-	-	-	-	1.767	-	1.767	
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.658)	(2.658)	
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	67.903	-	67.903	24.373	92.276	
Resultado de hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.235)	-	(67.235)	(8.240)	(75.475)	
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de março de 2025	12.583.644	(58.348)	2.120.923	313.061	-	10.302.561	1.009.810	558	(44.398)	556.168	26.783.979	3.948.430	30.732.409	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	22.169.281	(123.712)	1.798.082	169.629	547.000	1.100.104	-	-	91.155	-	25.751.539	2.576.408	28.327.947	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	424.465	424.465	182.291	606.756	
Aumento de capital	26,1	4.756	-	-	-	-	-	-	-	-	4.756	-	4.756	
Ações em tesouraria	-	(39.424)	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.424)	-	(39.424)	
Pagamento baseado em ações - Stock options	27,1	-	728	-	-	-	-	-	-	-	728	-	728	
Pagamento baseado em ações - Matching Shares	27,3	-	3.031	-	-	-	-	-	-	-	3.031	-	3.031	
Mudança na participação relativa	11,1	-	(449.202)	-	-	-	-	-	-	-	(449.202)	376.542	(72.660)	
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(618.002)	(618.002)	
Outros	-	-	5.343	-	-	-	-	-	-	-	5.343	-	5.343	
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.762)	-	(14.762)	(4.390)	(19.152)	
Resultados de hedge accounting e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de março de 2026	22.174.037	(163.136)	1.357.982	169.629	547.000	1.100.104	-	-	76.393	424.465	25.686.474	2.512.849	28.199.323	

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro das operações em continuidade	424.465	446.261	606.756	596.374
Lucro das operações descontinuadas	-	109.907	-	109.907
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	359	329	749.012	619.318
Amortização do direito de concessão	-	-	95.498	142.668
Resultado de equivalência patrimonial	(489.676)	(609.900)	(253.732)	(213.691)
Baixa de intangível, imobilizado, ativos financeiro e de contrato	-	-	47.104	20.099
Atualização dos ativos financeiro e de contrato	-	-	(348.946)	(674.806)
Encargos de geração distribuída	-	-	-	(980)
Encargos de dívidas, juros, variação monetária, cambial e marcação a valor justo	55.801	123.804	1.222.116	1.036.557
Resultado com instrumentos derivativos	(6.678)	(54.707)	586.595	638.435
Rendimento de aplicações financeiras	(16.429)	(19.230)	(226.824)	(363.820)
Provisão e atualização do ressarcimento	-	-	53.349	52.246
Realização futura de contratos de energia elétrica	-	-	31.566	(31.170)
Ajuste a valor presente	-	-	(907)	506
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	247.032	191.539
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(277)	930
Baixa de recebíveis incobráveis	-	-	20.137	32.518
Provisão e atualização de encargos setoriais	-	-	(88.413)	(85.167)
Provisão e atualização de riscos judiciais	-	-	127.868	112.085
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	(272.104)	(229.272)
PIS e COFINS diferidos	-	-	(7.928)	9.047
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(744)	18.600	61.733	99.765
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	8.273	-	152.161	138.839
Valor justo das opções de compra	5.832	(4.904)	41.760	5.727
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	(3.129)	(37.196)
Benefício pós emprego	-	-	(14.176)	(755)
Provisão (reversão) para perda de estoque (ativos de contrato)	-	-	(32.892)	32.868
Provisão para participação nos lucros	770	432	36.259	40.452
	(18.027)	10.592	2.829.618	2.243.023
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:				
Contas a receber de clientes	-	-	(22.268)	152.574
Subvenção-CCC	-	-	11.734	2.904
Serviços pedidos	-	-	(16.843)	(6)
Depósitos judiciais	(138)	(43)	(19.334)	(17.759)
Almoxarifado	-	-	(10.327)	(42.869)
Impostos e contribuições a recuperar	(1)	(24)	(153.530)	(130.004)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	17.069	13.015	(72.512)	(62.731)
Sub-rogação da CCC	-	-	15.496	-
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	119.176	12.204
Outras contas a receber	18.440	(10.170)	(86.932)	(50.873)
Fornecedores	(998)	(2.547)	(369.195)	(344.981)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(414)	619	(134.400)	(133.492)
Impostos e contribuições a recolher	5.941	(38.426)	97.000	216.777
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(21.238)	(8.743)	4.196	10.990
Contribuição de iluminação pública	-	-	(6.447)	(17.796)
Encargos setoriais	-	-	133.695	74.873
Participação nos lucros	2.302	(10.488)	35.646	(139.757)
Riscos judiciais pagos	-	-	(226.275)	(100.234)
Outras contas a pagar	(54)	44	(134.822)	(110.230)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	2.891	(47.171)	1.983.676	1.562.613
Dividendos recebidos	-	710.000	-	-
Juros recebidos de aplicações financeiras	21.851	19.230	235.130	363.820
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	8.854	(152.978)	(33.019)
Juros pagos	(112.714)	(118.155)	(1.382.056)	(1.056.709)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(87.972)	572.758	683.772	836.705
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições no intangível	(78)	(26)	(6.689)	(8.695)
Aquisições no imobilizado	(17)	(97)	(37.838)	(15.842)
Aquisições de ativos de contrato	-	-	(1.942.663)	(1.984.299)
Aumento de capital em investidas	(516.014)	(66.768)	-	-
Resgates (aplicações) financeiras	913.501	(589.134)	2.591.380	774.228
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	1.847	-
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	397.392	(656.025)	606.037	(1.234.608)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(1.381.845)	(749.587)	(2.815.191)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	260.289	985.162
Captação de debêntures	-	1.500.000	2.894.610	1.500.000
Amortização de debêntures	-	-	(24.599)	(1.127.511)
Amortização do passivo de arrendamento	-	-	(5.585)	(5.941)
Recebimento de instrumentos financeiro derivativos	-	-	-	97.032
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	-	-	(6.580)	(6.580)
Aumento de capital	4.756	116.762	4.756	127.704
Recompra de ações próprias	(39.424)	-	(39.424)	-
Exercício de opção de compra de ações de controlada	(172.839)	-	-	-
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não-controladores	-	-	(181.507)	-
Dividendos pagos	(91)	(102.412)	(434.095)	(102.482)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(207.598)	132.505	1.718.278	(1.347.807)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	101.822	49.238	3.008.087	(1.745.710)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	608.598	7.797	2.659.827	3.306.364
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	710.420	57.035	5.667.914	1.560.654
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	101.822	49.238	3.008.087	(1.745.710)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025 (reapresentado)	31/03/2026	31/03/2025 (reapresentado)
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	-	-	14.973.230	12.852.493
Receitas de construção	-	-	2.545.304	2.287.533
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(247.032)	(191.539)
Outras receitas	-	-	1.328	379
	-	-	17.272.830	14.948.866
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(8.106.082)	(7.208.396)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.689)	(8.433)	(904.183)	(863.829)
Subvenção - CCC	-	-	(37.063)	(12.977)
Outras despesas	(14.769)	(1.667)	(205.241)	(229.379)
	(22.458)	(10.100)	(9.252.569)	(8.314.581)
Valor (aplicado) adicionado bruto	(22.458)	(10.100)	8.020.261	6.634.285
Depreciação e amortização	(359)	(329)	(749.012)	(618.731)
Amortização do direito de concessão	-	-	(95.498)	(80.844)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	(22.817)	(10.429)	7.175.751	5.934.710
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	36.287	132.775	2.514.446	1.756.882
Resultado de equivalência patrimonial	489.676	499.993	253.732	213.691
	525.963	632.768	2.768.178	1.970.573
Valor adicionado total a distribuir de operações descontinuadas	-	109.907	-	109.907
Valor adicionado total a distribuir	503.146	732.246	9.943.929	8.015.190
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	15.334	18.255	248.123	181.263
Benefícios	756	575	75.256	59.708
FGTS	122	174	25.691	20.587
	16.212	19.004	349.070	261.558
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	10.460	25.599	2.725.628	2.042.749
Estaduais	-	-	2.260.979	1.886.539
Municipais	-	-	4.421	4.063
	10.460	25.599	4.991.028	3.933.351
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	55.803	128.445	3.561.777	2.629.586
Aluguéis	54	20	10.335	11.197
Outros	(3.848)	3.010	424.963	473.217
	52.009	131.475	3.997.075	3.114.000
Remuneração de capitais próprios				
Lucro retido no período	424.465	556.168	424.465	556.168
Participação dos não controladores no lucro do período	-	-	182.291	150.113
	424.465	556.168	606.756	706.281
Valor adicionado	503.146	732.246	9.943.929	8.015.190

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial S.A. ("Companhia" ou "Equatorial" ou "Controladora" ou, conjuntamente com suas controladas, referidas como "Grupo"), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda A, nº 100, Anexo B, bairro Vinhais, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.070-900, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição e saneamento. A Companhia possui ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3) sob o *ticker* "EQTL3" e, desde 2008, participa do Novo Mercado.

1.1 Entidades controladas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Distribuição de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	Início da concessão	Término da concessão
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 92,19%	Pará	28/07/1998	27/07/2028
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 62,20%	Maranhão	11/08/2000	10/08/2030
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 99,97%	Goiás	08/07/2015	07/07/2045
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	Sociedade anônima aberta	Indireta, 95,12%	Rio Grande do Sul	07/07/2015	06/07/2045
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta 90,69%	Piauí	18/10/2018	17/10/2048
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 95,54%	Alagoas	19/03/2019	18/03/2049
Companhia de Eletricidade do Amapá CEA	Sociedade anônima fechada	Indireta, 99,98%	Amapá	24/11/2021	23/11/2051

Saneamento:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	Início da concessão	Término da concessão
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 97,35%	Amapá	13/07/2022	12/07/2057

Geração de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	Início outorga
Eólica Baixa Verde S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	11/08/2010
Eólica Pedra do Reino S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	30/06/2010
Eólicatec Sobradinho S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	03/08/2011
Eólica Moxotó S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	18/04/2011
Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	30/06/2011
Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	08/07/2011
Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	08/07/2011
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	04/07/2011
Nova Ventos de Tianguá do Norte Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	04/07/2011
Eólica Serra de Santana S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	17/08/2011
Eólica Lagoa Nova S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	03/08/2011
Eólica Seridó S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	11/08/2011
Eólica Paraíso S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	02/05/2012
Eólica Lanchinha S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	02/05/2012
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	14/07/2014
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	18/07/2014
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	25/11/2014
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	25/11/2014
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	27/11/2014
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	28/11/2014
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	27/11/2014
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	27/11/2014
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	28/11/2014
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	27/11/2014
Eólica Pedra Rajada S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	02/04/2015
Eólica Pedra Rajada II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	02/04/2015
Eólica Boa Esperança I S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	20/08/2015
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	12/05/2016
Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	26/12/2018
Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	26/12/2018
Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	26/12/2018
Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	21/03/2019
Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	21/03/2019
Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	21/03/2019
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	26/03/2019
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	26/03/2019
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	12/03/2020
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	12/03/2020
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	12/03/2020
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	12/03/2020
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	12/03/2020
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	12/03/2020
UFV Sol do Pilar S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Não operacional	(a)
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Piauí	21/08/2020
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Piauí	21/08/2020
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Piauí	21/08/2020
Sertão Solar Barreiras XV S.A. (b)	Sociedade anônima fechada	Indireta, 51,40%	Bahia	25/05/2021
Sertão Solar Barreiras XVI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	25/05/2021
Sertão Solar Barreiras XVII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	25/05/2021
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	25/05/2021
Sertão Solar Barreiras XIX S.A. (b)	Sociedade anônima fechada	Indireta, 51,40%	Bahia	25/05/2021
Sertão Solar Barreiras XX S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 50,5%	Bahia	25/05/2021
Sertão Solar Barreiras XXI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 50,5%	Bahia	25/05/2021
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Piauí	01/08/2019
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Piauí	01/08/2019
Serra do Mel VIII Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Não operacional	(a)
Serra do Mel IX Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Não operacional	(a)
Serra do Mel X Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Não operacional	(a)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Comercialização de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação
Equatorial Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo
Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo
Prestação de serviços:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação
Equatorial Serviços S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão
Equatorial Telecomunicações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão
Equatorial Engenharia e Construções S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão
E-Nova Geração Distribuída S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão
Equatorial Finanças S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte
Holdings de Distribuição de Energia, Geração e Saneamento	Tipo de sociedade	Participação Societária	Estado e área de operação
Equatorial Energia Distribuição S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 95,53%	Maranhão
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão
Equatorial Participações e Investimentos III S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão
Echoenergia Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	São Paulo
Echoenergia Crescimento S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	São Paulo
Echo Holding 1 S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará
Ventos de São Clemente Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará
Ventos de São Jorge Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará
Serra do Mel Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo
Serras Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte
Ribeiro Gonçalves Energia Solar S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo
Barreiras Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo

Sol Serra do Mel XIII SA.
Vila Echoenergia Empreendimentos e Participações S.A.
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.

Sociedade anônima fechada
Sociedade anônima fechada
Sociedade anônima fechada
Sociedade anônima fechada

Indireta, 100%
Indireta, 100%
Indireta, 100%
Indireta, 100%

Não operacional
Não operacional
Piauí
Piauí

(a)
(a)
01/08/2019
01/08/2019

- (a) Empresas pré-operacionais e sem previsão para a entrada em operação ao longo do exercício de 2026; e
- (b) Em janeiro de 2026, a Olfar S.A. e a Energir Geração de Energia Elétrica Ltda. na qualidade de compradoras celebraram contrato de compra e venda de ações com a Echoenergia Crescimento S.A. para autoprodução de energia solar através das controladas indiretas Sertão Solar Barreiras XV e XIX S.A. (BA), com aquisição de 48,60% das participações em cada uma das SPes com alienação de 140.303.488 ações ordinárias de Barreiras XV e 89.839.353 ações ordinárias de Barreiras XIX.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas Companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

1.2 Entidade coligada

A Companhia detém 15% de participação, desde 28 de agosto de 2024, na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). A investida é responsável pela captação, tratamento e distribuição de água potável, assim como tratamento e destinação do esgoto coletado de municípios no Estado de São Paulo.

1.3 Fechamento da operação de alienação da totalidade das ações de emissão da Equatorial Transmissão S.A.

Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações detidas pela Equatorial S.A. na Equatorial Transmissão S.A., empresa controladora e única acionista de sete SPes de ativos de transmissão, além da Equatorial Transmissora Holding S.A. (coletivamente, Grupo Transmissão). As participações foram adquiridas pela Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora, subsidiária integral da Verene Energia S.A., esta última controlada pela Caisse de Dépôt et Placement du Québec.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

O *equity value* da operação foi de R\$ 5.188.000, na data-base de 30 de junho de 2025, atualizado pelo CDI, desde a data-base até a data do fechamento da operação, juntamente com os ajustes de preço definidos pelo Contrato, sendo o preço de aquisição, pago nesta data pela Infraestrutura e Energia S.A. à Companhia, no montante de R\$ 5.389.191.

Conforme estabelecido no Contrato há a previsão de hipóteses de pagamentos adicionais a título de *earn-out*, condicionadas ao aproveitamento de determinados benefícios fiscais pelas Transmissoras. Maiores detalhes, veja nota explicativa nº 35 – Operações Descontinuadas.

1.4 Ocorrência de eventos climáticos extremos na área de concessão da controlada indireta CEEE-D

A área de concessão sob responsabilidade da CEEE-D está localizada em uma região sujeita à ocorrência de eventos climáticos extremos.

Em 28 de julho de 2025, um evento climático atingiu toda a área de concessão, provocando desligamento de 430 mil clientes (no momento mais crítico) com normalização total do atendimento em 04 de agosto de 2025. A CEEE-D não registrou danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço no curto, médio e longo prazo. As principais perdas ficaram restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas, que foram substituídas pelas equipes de campo durante a recomposição do sistema.

Em 07 de novembro de 2025, um ciclone extratropical com ventos de até 100km/h causou desligamentos que atingiram cerca de 200 mil clientes (no momento mais crítico), aproximadamente 10% do total de consumidores. O atendimento foi normalizado em 11 de novembro de 2025, com perdas materiais semelhantes às do evento anterior, ocorrido em julho de 2025. A CEEE-D não registrou danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço no curto, médio e longo prazo. As principais perdas ficaram restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas, que foram substituídas pelas equipes de campo durante a recomposição do sistema.

Em 31 de março de 2026, os eventos climáticos totalizaram despesas registradas no valor de R\$ 1.274 (R\$ 4.004 em 31 de março de 2025).

Em 30 de outubro de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou a Resolução Normativa nº 1.137, que estabelece diretrizes relacionadas à atuação das distribuidoras em emergências e à comunicação com consumidores. A CEEE-D encontra-se em fase de implementação das exigências da norma, por meio de plano de ação interno, considerando os diferentes prazos regulatórios previstos. Quanto ao dimensionamento orçamentário, a Administração informa que, até a data de encerramento do período, não foi identificada a necessidade de alocação adicional de recursos em decorrência da aplicação da referida resolução.

Dessa forma, não houve reconhecimento contábil de efeitos relacionados à norma nas informações contábeis intermediárias no período findo em 31 de março de 2026.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

1.5 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 28 de março de 2025, com fundamento na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024 e no Termo Aditivo aprovado por meio do Despacho ANEEL nº 517/2025, as controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará protocolaram o pedido de prorrogação do Contrato de Concessão por mais 30 (trinta) anos, contados a partir do seu término, requerendo também a antecipação dos efeitos da prorrogação, conforme previsto no art. 10 do referido Decreto. A ANEEL aprovou o pleito de prorrogação do Contrato de Concessão da Equatorial Maranhão em 03 de junho de 2025, por meio do Despacho nº 1.581/2025, e da Equatorial Pará em 24 de julho de 2025, por meio do Despacho nº 2.202/2025, com base nos critérios de atendimento aos indicadores de qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira, bem como comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e setorial e de qualificação jurídica.

Em 06 de abril de 2026 foi publicado, no Diário Oficial da União (DOU), Despacho do Ministério de Minas e Energia (MME) com deferimento da prorrogação dos contratos da Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, com convocação formal das concessionárias para assinatura do aditivo em até 60 dias.

1.6 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrou em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes especificados ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de março de 2026, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

1.7 Acordo de acionistas com o Itaú Unibanco S.A. – Equatorial Distribuição S.A.

Em 5 de janeiro 2026, por meio de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, ocorreu a aprovação do exercício integral da Opção de Compra Ações Preferenciais Classe A e da Opção de Compra Ações Preferenciais Classe B, em razão da integral conversão em ações ordinárias, as ações preferenciais classe "A" e as ações preferenciais classe "B" deixam de existir, de forma que, as demais ações preferencias de emissão da Controlada, as quais se enquadravam exclusivamente na classe "C", passam a ser consideradas simplesmente como ações preferenciais, sem divisão específica de classe, conforme termo definido nas cláusulas 9.1 e 9.2.1 do Acordo de Acionistas entre a Equatorial S.A e o Itaú Unibanco S.A.

Dessa forma, foram alienadas pelo acionista Itaú à Equatorial as quantidades de 87.644.582 ações Preferenciais Classe A e 145.530.174 ações Preferenciais Classe B, pelo preço à respectiva classe de ações. Cada ação preferencial foi convertida em 1 (uma) ação ordinária sob a titularidade da Equatorial. Em decorrência do exercício das opções de compra previstas nos instrumentos contratuais, a Companhia passou a deter 4.665.405.303 ações ordinárias da investida, passando a representar 95,53% do capital social da Equatorial Distribuição. O efeito da alteração na participação societária da controlada foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido, como transação entre sócios, no montante de R\$ 51.067. Ver nota explicativa 11.1.

O exercício da Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe C, pela Equatorial, durante o exercício de 2026, será condicionado à declaração em assembleia geral ordinária da Companhia e ao efetivo pagamento dos dividendos referentes ao exercício social de 2025. Enquanto houver Ações Preferenciais Classe C, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais Classe C terão direito aos dividendos distribuídos pela Companhia, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo a partir do exercício social de 2025:

- a) 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025;
- b) 10% (dez por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026;
- c) 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027; e
- d) 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 em diante.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

1.8 Lei nº 15.269/2025 – Novo marco regulatório do setor elétrico (impactos na comercialização de energia solar e eólica)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, as controladas diretas Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento foram impactadas por eventos de *curtailment*, caracterizados por restrições de entrega de energia determinadas pelo ONS devido às limitações operacionais do sistema ou excesso de oferta.

Em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, que altera o marco regulatório do setor elétrico e introduz modificações relevantes para a dinâmica de comercialização de energia, incluindo a abertura do mercado livre para clientes de baixa tensão, a instituição do Supridor de Última Instância (SUI), mecanismos de encargos associados à migração, alterações em autoprodução por equiparação e diretrizes sobre armazenamento.

Adicionalmente, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado (período de 1º de setembro de 2023 a 25 de setembro de 2025) quanto para o futuro (após 25 de setembro de 2025). A possibilidade de ressarcimento, contudo, está condicionada à adesão do gerador a um termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, o que implica a desistência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema.

O Ministério de Minas e Energia - MME submeteu a minuta do referido termo de compromisso à Consulta Pública nº 210/2025. A Administração da Companhia e suas controladas acompanham a evolução desse processo regulatório e avaliam os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação, tendo em vista a relevância dos valores associados às tipologias de corte de geração não contemplados no mecanismo de compensação. A decisão da Companhia e suas controladas em aderir ou não ao mecanismo de compensação proposto dependerá das regulamentações complementares que venham a ser editadas, de seus prazos de vigência e da forma como serão operacionalizadas no âmbito do setor elétrico.

Em 31 de março de 2026, a Lei nº 15.269/2025 não gerou efeitos contábeis materiais nas informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas, que exijam reconhecimento ou remensuração imediata de ativos e passivos, permanecendo os saldos contabilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

As controladas da Companhia, quando aplicável, também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2026.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis à essas informações contábeis intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia e suas controladas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia e suas controladas avaliaram as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026 e não identificaram impactos significativos em suas informações intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

Adicionalmente, em 31 de março de 2025, a CVM publicou a Resolução nº 227, que determina que as companhias abertas passem a elaborar e divulgar, de forma separada, um relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Esse relatório deverá observar os padrões internacionais estabelecidos nas normas IFRS S1 e IFRS S2, emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB). Essas normas foram traduzidas e emitidas no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), sob os Pronunciamentos CBPS 1 e CBPS 2.

3.1.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027

A Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	406	484	238.739	309.243
Equivalentes de caixa				
Aplicação direta (a)				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	710.014	259	5.103.908	1.715.713
Operações compromissadas	-	607.855	325.267	634.871
Subtotal de caixa e equivalentes	710.014	608.114	5.429.175	2.350.584
Total	710.420	608.598	5.667.914	2.659.827

- (a) A movimentação do período refere-se, principalmente, em função de realocações estratégicas entre Fundos de investimento e Operações compromissadas para Certificados de Depósito Bancário.

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março 2026 equivale a 100,69 % do CDI (100,02% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Circulante				
Fundos de investimentos				
Cotas de fundos de investimento	13.484	932.408	3.557.741	6.335.460
Cotas de fundos de investimento FIDC	-	-	202.555	185.700
Fundo de investimento aberto	494	493	1.304.853	1.127.302
Recursos vinculados			160.415	173.610
Total circulante	13.978	932.901	5.225.564	7.822.072
Não circulante				
Recursos vinculados	-	-	719.810	724.835
Total não circulante	-	-	719.810	724.835
Total (a)	13.978	932.901	5.945.374	8.546.907

- (a) A variação do período ocorre, principalmente, devido ao aporte realizado em sua controlada Equatorial Distribuição S.A. no valor de R\$ 434.000 e do exercício da opção de compra das ações PN de classes A e B no valor de R\$ 181.707 totalizando o montante de R\$ 615.707, sendo ambas as movimentações realizadas em janeiro de 2026, para maiores informações, ver nota explicativa nº 11.1 Movimentação dos investimentos.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas no período findo em 31 de março de 2026 equivale a 101,74% do CDI (101,16% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas -- Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

6.1 Composição dos saldos

	31/03/2026				31/12/2025			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	1.189.793	1.181.090	2.657.286	5.028.169	1.374.853	1.233.079	2.568.162	5.176.094
Industrial	152.902	24.300	75.422	252.624	159.958	26.969	77.463	264.390
Comercial	484.052	173.185	415.366	1.072.603	518.873	178.737	402.423	1.100.033
Rural	159.224	132.535	434.426	726.185	193.186	137.272	404.605	735.063
Poder público	246.654	78.901	116.582	442.137	257.746	87.752	106.744	452.242
Iluminação pública	70.535	17.420	60.248	148.203	84.094	17.264	71.253	172.611
Serviço público	115.379	49.961	186.515	351.855	124.992	60.361	156.003	341.356
Contas a receber de consumidores faturados	2.418.539	1.657.392	3.945.845	8.021.776	2.713.702	1.741.434	3.786.653	8.241.789
Residencial	651.700	81.798	988.601	1.722.099	643.723	81.709	995.214	1.720.646
Industrial	68.713	3.099	31.640	103.452	67.563	3.031	32.501	103.095
Comercial	281.453	12.238	193.037	486.728	283.703	13.601	193.987	491.291
Rural	85.992	8.741	63.117	157.850	81.575	7.614	62.602	151.791
Poder público	361.252	8.778	79.626	449.656	370.579	9.097	79.198	458.874
Iluminação pública	168.504	3.924	8.619	181.047	174.432	4.578	9.220	188.230
Serviço público	126.486	17.956	61.844	206.286	139.471	17.413	48.732	205.616
Parcelamentos (a)	1.744.100	136.534	1.426.484	3.307.118	1.761.046	137.043	1.421.454	3.319.543
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	1.554.673	-	-	1.554.673	1.546.475	-	-	1.546.475
Baixa renda (c)	491.243	-	-	491.243	398.427	-	-	398.427
Outras (d)	1.053.623	17.133	33.662	1.104.418	1.049.634	15.386	32.562	1.097.582
Subtotal bruto	7.262.178	1.811.059	5.405.991	14.479.228	7.469.284	1.893.863	5.240.669	14.603.816
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(507.600)	(256.325)	(3.601.139)	(4.365.064)	(523.619)	(250.465)	(3.514.168)	(4.288.252)
Total contas a receber clientes	6.754.578	1.554.734	1.804.852	10.114.164	6.945.665	1.643.398	1.726.501	10.315.564
Circulante				9.308.782				9.491.337
Não circulante				805.382				824.227

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ 441.497 em 31 de março de 2026 (R\$ 453.252 em 31 de dezembro de 2025), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 11.755 (R\$ 4.252 em 31 de março de 2025), conforme nota explicativa nº 32 – Resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, é após o exercício de encerramento contábil;
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (d) O saldo de outras são compostos, principalmente, por: montantes de juros moratórios e multas por auto religação dos consumidores das controladas distribuidoras; contratos de venda de energia nos ambientes de contratação regulada (ACR) e livre (ACL) da controlada indireta Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento; a prestação de serviço de telefonia, integração de telecomunicações de *internet* que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos das controladas Equatorial Telecomunicação e Serviços e aos contratos de venda de energia da controlada Equatorial Renováveis S.A.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2025	Provisões/ Reversões (b)	Baixas	Reclassificação	31/03/2026
Contas a receber de consumidores faturados	(2.509.241)	(162.775)	95.722	-	(2.576.294)
Parcelamentos	(1.527.053)	(49.020)	41.765	-	(1.534.308)
Contas a receber de consumidores não faturados	(40.161)	213	-	-	(39.948)
Outras (a)	(211.797)	(3.704)	1.580	(593)	(214.514)
Total	(4.288.252)	(215.286)	139.067	(593)	(4.365.064)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021; e
- (b) A movimentação líquida do período, resultou na constituição de provisão, no montante de R\$ 215.286, com impacto de provisão no resultado operacional e reversão no resultado financeiro de R\$ 215.563 e R\$ 277, respectivamente, conforme notas explicativas nº 29 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 32 - Resultado financeiro.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas -- Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	31/12/2025	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificação	31/03/2026
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	369.828	106.158	(97.526)	23.512	-	-	-	401.972
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	71.672	(16.773)	(24.148)	1.586	-	-	-	32.337
Rede básica	278.200	77.438	(64.652)	8.347	-	-	-	299.333
Compra de energia CVA (c)	1.376.568	209.275	(152.899)	47.904	-	-	-	1.480.848
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	(33.458)	36.823	(8.253)	(869)	-	-	-	(5.757)
Transporte Itaipu	16.204	3.159	(2.160)	514	-	-	-	17.717
Subtotal	2.079.014	416.080	(349.638)	80.994	-	-	-	2.226.450
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (e)	156.965	(65.140)	(46.748)	1.902	-	-	-	46.979
Neutralidade (f)	24.030	(146.770)	(18.577)	(4.566)	-	-	-	(145.883)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(487.287)	(54.162)	42.046	(9.778)	-	-	-	(509.181)
Risco hidrológico	(954.352)	-	24.367	(6.188)	-	-	-	(936.173)
Compensação créditos PIS/COFINS	647	-	147.604	(3.917)	-	(143.892)	81	523
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo	(36.908)	-	11.469	(672)	-	-	(139)	(26.250)
Outros (g)	691.664	34.946	193.051	25.801	(119.176)	-	(98)	826.188
Subtotal	(605.241)	(231.126)	353.212	2.582	(119.176)	(143.892)	(156)	(743.797)
Total	1.473.773	184.954	3.574	83.576	(119.176)	(143.892)	(156)	1.482.653
Circulante								
Valores a receber	710.572							918.894
Valores a devolver	(205.506)							(169.670)
Efeito líquido	505.066							749.224
Não circulante								
Valores a receber	1.102.886							815.534
Valores a devolver	(134.179)							(82.105)
Efeito líquido	968.707							733.429
Efeito líquido total	1.473.773							1.482.653

- (a) O saldo da CVA da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE foi impactado no período, principalmente, pelos custos com a quota CDE USO, de acordo com a REH nº 3.564 de 09 de dezembro de 2025. A diferença entre o custo efetivamente incorrido e o valor considerado na tarifa resultou na constituição de ativo regulatório no montante de R\$ 106.158, a ser compensado nos processos tarifários subsequentes, conforme a sistemática da Conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A (CVA);
- (b) O saldo da CVA do Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica foi impactado no período, principalmente, pelos custos com a quota mensal, de acordo com a REH nº 3.558 de 09 de dezembro de 2025 ser menor que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, no valor de constituição de R\$ 16.773;

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, com movimento positivo de constituição de R\$ 265.225; (ii) o efeito negativo da variação da compra de energia em relação a cobertura tarifária de R\$ 300.255; e (iii) o efeito positivo de R\$ 244.305 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada de fevereiro e março não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição de R\$ 209.275;
- (d) O ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário das controladas da Companhia, o valor de provisão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, sendo a principal constituição o valor de R\$ 36.823;
- (e) A constituição do saldo negativo R\$ 65.140 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio superior ao preço médio de compra de energia das distribuidoras;
- (f) A neutralidade dos encargos corresponde à diferença entre os valores faturados e os valores considerados no processo tarifário anterior (cobertura tarifária), atualizados pela SELIC, conforme procedimento de regulamentação vigente. No período, a constituição líquida negativa de R\$ 146.770; e
- (g) O saldo de amortização foi afetado, principalmente, pelas amortizações de Quitação da Conta Covid, pela Reversão de Créditos de Rescisão Contratual e Migração de Consumidores, Diferimentos, Neutralidade COVID, além de encargos financeiros relacionados.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) das controladas distribuidoras da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há Revisão Tarifária Periódica (RTP) também é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis).

Abaixo segue resumo, por controlada, do resultado de processos vigentes, em 31 de março de 2026, sendo RTP (4 anos), para Maranhão e Pará, com assinatura do aditivo contratual prevista para 1º semestre de 2026 e RTP (5 anos) para as demais distribuidoras:

Controlada	Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito	Prox.RTP
Equatorial Maranhão	Revisão Tarifária Periódica	28/08/2025	3.512/2025	17,9%	2029
Equatorial Pará	Reajuste Tarifário Anual	07/08/2025	3.507/2025	3,74%	2027
Equatorial Piauí	Reajuste Tarifário Anual	02/12/2025	3.555/2025	13,57%	2028
Equatorial Alagoas	Reajuste Tarifário Anual	03/05/2025	3.450/2025	(6,79%)	2029
CEEE-D	Reajuste Tarifário Anual	22/11/2025	3.547/2025	19,53%	2026
CEA	Reajuste Tarifário Anual	13/12/2024	3.430/2024	13,70%	2026
Equatorial Goiás	Reajuste Tarifário Anual	22/10/2025	3.544/2025	18,55%	2028

No período findo em 31 de março de 2026, as controladas da Companhia reconheceram o montante de R\$ 37.381 (R\$ 1.039.544 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R\$25.433 (R\$ 893.093 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 11.948 (R\$ 146.451 em 31 de dezembro de 2025) recebendo via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	645.193	625.275
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	822.372	821.603
PIS e COFINS	77.090	47.332
Outros	55.911	42.744
Total circulante	1.600.566	1.536.954
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	1.219.108	1.111.893
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	1.053.134	1.184.498
Outros	49.986	66.549
Total não circulante	2.322.228	2.362.940
Total impostos e contribuições a recuperar	3.922.794	3.899.894

- (a) Referem-se aos créditos tributários reconhecidos em conformidade com a Lei nº 14.385/22, os quais são compensados via PERDCOMP. Ver nota explicativa nº 24 "PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores" para mais detalhes. A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	822.372	44%
2027	516.592	27%
2028	536.542	29%
Não circulante	1.053.134	56%
Total	1.875.506	100%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

9 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente, dos contratos de compartilhamento, empréstimos, dividendos, entre outros.

	Notas	Controladora			
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2025	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Empresas					
Outras contas a receber					
Controladas indiretas					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	7.193	3.979	7.175	4.281
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2	-	-	5.620
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	-	3.578
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(a)	-	-	3.312	12.051
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	-	-	1.963	6.241
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	2.042	20.877
Subtotal		7.195	3.979	14.492	52.648
Controlada direta					
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	-	1.913
Total		7.195	3.979	14.492	54.561
Recuperação judicial					
Controladas indiretas					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	139.049	1.349	138.663	2.349
Dividendos a receber					
Controladas diretas					
Equatorial Energia Distribuição S.A.	(e)	382.302	-	382.302	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(e)	51.396	-	51.396	-
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	(e)	3.975	-	3.975	-
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	(e)	-	-	6.162	-
Equatorial Serviços S.A.	(e)	7.932	-	7.932	-
Coligada					
SABESP	(e)	308.748	-	308.748	-
Subtotal		754.353	-	760.515	-
Total		893.402	1.349	899.178	2.349

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Consolidado			
		31/03/2026	Efeito no resultado receita (despesa)	31/12/2025	31/03/2025
		Ativo (passivo)		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Empresas					
Contas a receber					
Outros tipos de partes relacionadas					
Associação para Assinatura de Energia	(f)	7.779	8.578	3.766	2.029
Outras contas a pagar					
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(g)	-	(1.306)	-	(2.130)
Instituto Equatorial	(h)	-	7.155	-	-
Fornecedores					
Outros tipos de partes relacionadas					
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(c)	(6.328)	-	(8.386)	-
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial					
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)	(d)	(666.374)	(13.953)	(652.421)	(13.319)
Dividendos a receber					
Coligada					
SABESP	(e)	308.748	-	308.748	-
(a)	Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas (Contratantes) e a Companhia (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia possui uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, <i>pro rata</i> , incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;				
(b)	Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial;				
(c)	Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial referem-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE), de gestão corporativa. Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2025, as controladas da Companhia realizaram doações para o Instituto no montante de R\$ 7.156;				
(d)	Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia), é detentora de créditos homologados no valor original de R\$ 423.463, que serão quitados da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal;				
(e)	Referente aos dividendos a receber do exercício de 2025;				
(f)	Referente a despesas com consultoria, taxas e fatura de energia da controlada indireta E-Nova com a Associação;				
(g)	Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora das controladas indiretas Equatorial Maranhão, CEEE-D controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas com sua Fundação de Previdência Complementar; e				
(h)	Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o Instituto.				

Além das operações apresentadas acima, as controladas da Companhia possuem transações, entre si, referentes a compartilhamentos de despesas e arrendamentos, compra e venda de bens e materiais *intercompany*, bens cedidos em comodato, prestação de serviços de telecomunicações e de uso do sistema de transmissão, entre outros, cujos saldos patrimoniais e de resultado, são eliminados de forma integral, nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselhos de Administração e Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 53.752, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2026 (R\$ 53.650, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2025).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não possuem remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas chaves da Administração.

Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa nº 32 – Benefício pós-emprego, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações e pagamento baseado em ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 27 – Planos de incentivo de longo prazo.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 31 de março de 2026:

	31/03/2026	31/03/2025
Total Remuneração fixa anual	4.201	2.822
Salário ou Pró-labore	4.093	2.761
Benefícios diretos e indiretos	108	61
Total Remuneração variável	-	100.000
Total Remuneração baseada em ações	4.474	61
Cessação do cargo	-	10
Benefícios pós emprego	70	-
Valor total da remuneração	8.745	102.893

9.2 Garantias

A Companhia pode prestar garantia como avalista ou fiadora das controladas nas apólices de seguros e fianças sem ônus ou remuneração e nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com remuneração em 1% a.a. sobre o saldo devedor. As garantias estão descritas nas notas explicativas nº 18.2 e 19.4. A partir de 31 de outubro de 2025, a Equatorial S.A. não detém mais responsabilidade pelas garantias anteriormente prestadas em favor da Equatorial Transmissão S.A., em função do fechamento da operação de alienação da totalidade das ações de sua emissão, conforme descrito na nota explicativa 1.3.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

10 Outras contas a receber (Consolidado)

10.1 Composição dos saldos

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	404.910	260.555
Neutralidade PIS/COFINS	51.578	51.318
Subvenção descontos tarifários (b)	893.099	974.658
Sobra física	6.087	6.087
Uso mútuo de poste	33.708	34.318
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	96.667	95.578
(-) PECLD	(30.776)	(30.676)
Reinvestimento SUDAM/SUDENE	205.875	156.421
Outros	333.283	333.293
Total circulante	1.994.431	1.881.552
Não circulante		
Crédito a receber - Recuperação judicial	24.977	24.977
Sobra física	14.459	14.459
(-) PECLD	(4.123)	(4.124)
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (c)	389.883	395.956
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	229.388	253.823
Outros	69.033	74.907
Total não circulante	723.617	759.998
Total de outras contas a receber	2.718.048	2.641.550

- (a) A variação decorre de adiantamentos realizados a fornecedores no curso normal das operações, conforme condições contratuais, para viabilizar a execução dos contratos;
- (b) Os valores a receber são referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução nº 3.507, de 05 de agosto de 2025; e
- (c) Ver nota explicativa 10.2. - Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC.

A Lei Estadual nº 17.555/2012 instituiu o FUNAC com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a AXIA Energia. O contrato de compra e venda de ações de 2017, entre Equatorial Goiás, AXIA Energia e CELGPAR, assegurou aos compradores indenização do Estado de Goiás em caso de alterações legais sobre o FUNAC.

Em 2019, a Lei nº 20.416 alterou as Leis nº 17.555/2012 e 19.473/2016, reduzindo o exercício de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012. Ainda em 2019, a Lei nº 20.468 revogou créditos de ICMS vinculados às contingências. Tais alterações foram questionadas judicialmente pela Companhia, por afrontarem direitos adquiridos e o contrato de venda. Houve decisões liminares favoráveis e desfavoráveis no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) entre 2019 e 2023. A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), ainda em 2019, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF, rejeitada em 2021 por razões processuais, sem análise do mérito.

Em maio de 2023, o TJ-GO reconheceu o direito da Companhia ao ressarcimento conforme Leis nº 17.555/12 e 19.473/16. Posteriormente, em dezembro de 2023, o órgão especial do TJ-GO anulou tal decisão, determinando novo julgamento. O processo seguiu para julgamento do incidente pelo plenário do Tribunal de Justiça de Goiás. Em 11 de março de 2026, após iniciada a seção, o relator apresentou voto julgando parcialmente procedente a arguição de inconstitucionalidade. Votaram

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

com relator treze desembargadores. Processo com vista, com quatro julgadores aguardando seu voto.

A Administração da Equatorial Goiás concluiu, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança na contratação com a Administração Pública, da supremacia do interesse público e do *pacta sunt servanda*, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da Equatorial Goiás sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o crédito outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula nº 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADÉE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Adicionalmente, a Administração da Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da mesma, garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas -- Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC

	31/12/2025	31/03/2026					
	Saldo inicial	Adições/ Reversões (a)	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável (b)	Baixa por recebimento	PECLD (c)	Saldo final
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	620.597	41.792	(80.029)	-	-	-	582.360
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (b)	(224.641)	-	-	32.164	-	-	(192.477)
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	395.956	41.792	(80.029)	32.164	-	-	389.883
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	1.371.488	-	80.029	-	(155)	-	1.451.362
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (b)	(656.792)	-	-	(63.077)	-	-	(719.869)
(-) PECLD - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	(365.295)	-	-	-	-	(40.143)	(405.438)
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	349.401	-	80.029	(63.077)	(155)	(40.143)	326.055
Total	745.357	41.792	-	(30.913)	(155)	(40.143)	715.938

- (a) O montante de R\$ 41.792 (R\$ 32.625 em 31 de março de 2025), refere-se à movimentação líquida, que resultou em uma adição no montante de R\$ 21.021 (R\$ 4.957 em 31 de março de 2025), em contrapartida ao passivo e as atualizações no montante de R\$ 20.771 (R\$ 27.668 em 31 de março de 2025).
- (b) A Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC, no montante total de R\$ 912.346 em 31 de março de 2026 (R\$ 881.433 em 31 de dezembro de 2025), com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº 17.555/12 e 19.473/16, ou seja, os processos compreendidos entre abril de 2012 e janeiro de 2015 possuem 100% de provisão ao valor recuperável. O impacto líquido da referida provisão com atualização, no período findo em 31 de março de 2026, foi uma reversão de R\$ 30.913, sendo R\$ 18.357 com impacto no resultado operacional (R\$ 12.429 em 31 de março de 2025) e R\$ 12.556 no resultado financeiro (R\$ 6.512 em 31 de março de 2025), conforme nota (c) da nota explicativa nº 29 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 32 - Resultado financeiro; e
- (c) Sobre o saldo de “Créditos Especiais – Aguardando ressarcimento” é calculada a perda estimada, considerando a expectativa de recebimento da Administração. Para 31 de março de 2026, foi calculada uma provisão de R\$ 40.143 (R\$ 18.990 em 31 de março de 2025), sendo R\$ 30.349 com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 29 – Custos do serviço e despesas operacionais e R\$ 9.794 com impacto no resultado financeiro, conforme nota explicativa, nº 32 - Resultado financeiro. Para a estimativa, é observado o volume de recebimento x requerimentos nos últimos cinco exercícios sociais.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

11 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas estão conforme a seguir demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Avaliados por equivalência patrimonial:				
Controladas:				
Equatorial Distribuição	11.337.337	10.267.469	-	-
Equatorial Alagoas	1.915.831	1.836.593	-	-
Equatorial Serviços	317.855	344.797	-	-
Equatorial Participações	665.045	810.691	-	-
Equatorial Participações II	349.131	359.623	-	-
Equatorial Participações III (a)	(371.893)	(351.288)	-	-
Echoenergia Participações	3.924.179	3.938.119	-	-
Echoenergia Crescimento (a)	(257.551)	116.252	-	-
Equatorial Renováveis	10.898	16.807	-	-
Subtotal	17.890.832	17.339.063	-	-
Coligada:				
SABESP	7.742.250	7.555.898	7.742.250	7.555.898
Outros investimentos	-	-	11.899	12.391
Efeito líquido total	25.633.082	24.894.961	7.754.149	7.568.289
Total investimentos	26.262.526	25.246.249	7.754.149	7.568.289
Provisão para perda em investimento (a)	(629.444)	(351.288)	-	-

- (a) Representado pelos investimentos na CSA e Echo Crescimento, que apresentam patrimônio líquido negativo. Os ativos relacionados à CSA e Echo Crescimento foram ajustados ao seu valor recuperável, após resultado do teste de *impairment* – ver maiores detalhes na nota explicativa 16.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

11.1 Movimentação dos investimentos em controladas – Controladora

	31/12/2025	Aumento de capital	Exercício da opção de compra	Resultado de equivalência patrimonial (a)	Outros resultados abrangentes	Mudança na participação relativa em controladas	Stock Options/ Matching Shares	Outros (b)	31/03/2026
Controladas									
Equatorial Distribuição	10.267.469	434.000	181.707	516.069	(12.164)	(51.067)	1.323	-	11.337.337
Equatorial Alagoas	1.836.593	-	-	84.058	(4.942)	-	122	-	1.915.831
Equatorial Serviços	344.797	32.000	-	(58.837)	(105)	-	-	-	317.855
Equatorial Participações	810.691	-	-	(150.837)	5.786	(746)	151	-	665.045
Equatorial Participações II	359.623	6.162	-	(14.795)	(1.920)	-	61	-	349.131
Equatorial Participações III	(351.288)	19.000	-	(38.706)	-	(899)	-	-	(371.893)
Echoenergia Participações	3.938.119	31.014	-	(45.126)	(1.354)	-	1.526	-	3.924.179
Echoenergia Crescimento	116.252	-	-	(49.973)	-	(323.830)	-	-	(257.551)
Equatorial Renováveis	16.807	-	-	(5.909)	-	-	-	-	10.898
Subtotal	17.339.063	522.176	181.707	235.944	(14.699)	(376.542)	3.183	-	17.890.832
Coligada									
SABESP	7.555.898	-	-	253.732	(63)	(72.660)	-	5.343	7.742.250
Efeito líquido total	24.894.961	522.176	181.707	489.676	(14.762)	(449.202)	3.183	5.343	25.633.082
Total de investimentos	25.246.249								26.262.526
Total de provisão para perda em investimento	(351.288)								(629.444)

(a) O valor de equivalência da coligada SABESP, da controlada direta Equatorial Alagoas e da controlada indireta Echoenergia Participações está líquido da amortização da mais valia e do direito de concessão nos valores de R\$ 8.623, R\$ 9.603 e R\$ 24.095, respectivamente; e

(b) Refere-se a ações em tesouraria.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

11.2 Informações das controladas --Controladora

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas.

	Participação societária	Balanco patrimonial em 31/03/2026					Resultado em 31/03/2026					
		Circulante		Não circulante			Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado líquido do período
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido						
Equatorial Distribuição	95,53%	511.994	505.792	11.616.758	-	11.622.960	-	-	584.634	122	(10)	584.746
Equatorial Alagoas	77,39%	2.014.787	1.164.228	4.058.881	3.297.839	1.611.601	935.740	293.025	(71.322)	(55.289)	(46.685)	119.729
Equatorial Serviços	100,00%	94.952	78.417	365.041	63.894	317.682	70.558	29.362	(80.773)	(1.634)	(5.801)	(58.846)
Equatorial Participações	100,00%	11.727	6.061	659.379	-	665.045	-	-	(151.080)	302	(59)	(150.837)
Equatorial Participações II	100,00%	467	3	348.667	-	349.131	-	-	(14.810)	15	-	(14.795)
Equatorial Participações III	100,00%	73	77	-	372.713	(372.717)	-	-	(38.802)	3	-	(38.799)
Echoenergia Participações	100,00%	1.033.906	811.977	5.709.815	3.630.700	2.301.044	235.295	66.351	(26.653)	(48.478)	(18.482)	(27.262)
Echoenergia Crescimento	100,00%	153.769	158.591	2.225.035	2.176.158	44.055	85.114	25.272	(3.271)	(65.111)	(4.675)	(47.785)
Equatorial Renováveis	7,28%	584.257	513.426	86.614	46.210	111.235	506.083	(86.172)	(1.619)	769	8.068	(78.954)

	Participação societária	Balanco patrimonial em 31/12/2025					Resultado em 31/03/2025 (reapresentado)					
		Circulante		Não circulante			Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado líquido do período
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido						
Equatorial Distribuição	90,42%	511.972	505.834	11.043.486	-	11.049.624	-	-	509.269	195	(27)	509.437
Equatorial Alagoas	77,39%	2.097.635	1.279.268	3.973.911	3.294.143	1.498.135	812.853	224.903	(78.827)	(62.139)	(28.071)	55.866
Equatorial Serviços	100,00%	93.277	77.374	393.862	65.132	344.633	64.988	29.483	(19.899)	(2.008)	(7.511)	65
Equatorial Participações	100,00%	11.436	6.008	805.264	-	810.692	-	-	(15.315)	174	(29)	(15.170)
Equatorial Participações II	100,00%	469	6.166	365.320	-	359.623	-	-	(2.337)	18	-	(2.319)
Equatorial Participações III	100,00%	198	41	-	352.177	(352.020)	-	-	(47.224)	36	-	(47.188)
Echoenergia Participações	100,00%	960.050	762.468	5.758.732	3.659.193	2.297.121	220.911	76.713	(22.782)	(68.017)	(12.304)	(26.390)
Echoenergia Crescimento	100,00%	202.798	182.771	2.245.138	2.173.529	91.636	96.420	25.257	(4.369)	(88.957)	(3.390)	(71.459)
Equatorial Renováveis	9,10%	557.824	426.286	84.574	64.523	151.589	407.267	3.789	(1.088)	(233)	(8.423)	(5.955)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

11.3 Conciliação dos investimentos

	31/03/2026									
	Participação no capital	Patrimônio Líquido	Resultado	Equivalência patrimonial (b)	Valor do investimento	Intangível de concessão	Stock Options/ Matching Shares	Provisão para perda desvalorização de investimento	Outros	Total do investimento
Controladas										
Equatorial Distribuição (a)	95,53%	11.622.960	584.746	516.069	11.103.414	-	12.348	-	221.575	11.337.337
Equatorial Alagoas	77,39%	1.611.601	119.729	84.058	1.247.218	667.727	886	-	-	1.915.831
Equatorial Serviços	100,00%	317.682	(58.846)	(58.837)	317.682	-	-	-	173	317.855
Equatorial Participações I	100,00%	665.045	(150.837)	(150.837)	665.045	-	-	-	-	665.045
Equatorial Participações II	100,00%	349.131	(14.795)	(14.795)	349.131	-	-	-	-	349.131
Equatorial Participações III	100,00%	(372.717)	(38.799)	(38.706)	(372.717)	-	-	371.893	824	-
Echoenergia Participações	100,00%	2.301.044	(27.262)	(45.126)	2.301.045	1.623.134	-	-	-	3.924.179
Echoenergia Crescimento	100,00%	(257.551)	(47.785)	(49.973)	(257.551)	-	-	257.551	-	-
Equatorial Renováveis (c)	7,28%	111.235	(78.954)	(5.909)	10.898	-	-	-	-	10.898
Subtotal:		16.348.430	287.197	235.944	15.364.165	2.290.861	13.234	629.444	222.572	18.520.276
Coligada										
SABESP	15%	43.700.956	1.749.031	253.732	6.555.144	1.187.106	-	-	-	7.742.250
Total		60.049.386	2.036.228	489.676	21.919.309	3.477.967	13.234	629.444	222.572	26.262.526

- (a) O resultado de equivalência patrimonial da Companhia é ajustado pelo benefício econômico efetivo sobre o resultado da controlada Equatorial Distribuição, em virtude da distribuição desproporcional de dividendos a ser recebido pela ação preferencial C. No exercício de 2026, a Companhia tem direito a recebimento de 90% sobre o resultado distribuível do ano de 2026, enquanto os acionistas detentores das ações preferenciais possuem um montante de 10% sobre o resultado distribuível do ano de 2026. Esses montantes são ajustados a cada ano conforme o Acordo de Acionistas. Este procedimento está alinhado com os requerimentos do CPC 36/IFRS 10 item B95 e B96, que afirma que se a controlada tiver ações preferenciais em circulação com direito a dividendos cumulativos, que sejam classificadas como patrimônio líquido, e sejam detidas por acionistas não controladores, a entidade deve calcular sua parcela de lucros e prejuízos após efetuar ajuste para refletir os dividendos sobre essas ações, tenham ou não esses dividendos sido declarados. Na operação, todo e qualquer dividendo distribuído aos acionistas, pela controlada, deverá ser pago, primeiramente ao detentor de ações preferenciais, conforme tabela abaixo:

	2026	2027	2028 a 2029	2030
Ação preferencial C	10%	15%	25%	25%
Ação ordinária	90%	85%	75%	75%

- (b) Na controlada direta Equatorial Alagoas, o resultado de equivalência patrimonial contempla o efeito da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 9.603 (R\$ 9.603 em 31 de março de 2025), conforme item 23, letra (a), do ICPC 09 e na coligada SABESP, o resultado de equivalência patrimonial contempla o efeito da amortização de mais valia no montante de R\$ 8.623 (R\$ 8.623 em 31 de março de 2025) e na controlada direta Echo Participações, o resultado de equivalência patrimonial contempla o efeito da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 24.095; e

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

(c) A Equatorial S.A. é controladora indireta da Equatorial Renováveis, detendo 7,28% de participação direta e 92,72% de participação indireta, por intermédio de sua controlada Equatorial Serviços.

	31/12/2025									
	Participação no capital	Patrimônio Líquido	Resultado	Equivalência patrimonial (b)	Valor do investimento	Intangível de concessão	Stock Options/ Matching Shares	Provisão para perda desvalorização de investimento	Outros	Total do investimento
Controladas										
Equatorial Distribuição (a)	90,42%	11.049.624	2.466.418	1.930.743	9.991.098	-	12.288	-	264.083	10.267.469
Equatorial Alagoas	77,39%	1.498.135	283.033	184.639	1.159.360	676.323	910	-	-	1.836.593
Equatorial Serviços	100,00%	344.633	33.398	33.448	344.633	-	-	-	164	344.797
Equatorial Participações I	100,00%	810.692	69.366	69.366	810.691	-	-	-	-	810.691
Equatorial Participações II	100,00%	359.623	(52.034)	(52.033)	359.623	-	-	-	-	359.623
Equatorial Participações III	100,00%	(352.020)	(456.513)	(456.143)	(352.020)	-	-	352.020	-	-
Echoenergia Participações	100,00%	2.297.121	(220.129)	(283.815)	2.297.121	4.000.263	-	(2.359.265)	-	3.938.119
Echoenergia Crescimento	100,00%	91.636	(14.447)	(765.841)	91.636	-	-	-	24.616	116.252
Equatorial Renováveis	7,28%	151.589	(32.253)	(2.330)	16.807	-	-	-	-	16.807
Subtotal:		16.251.033	2.076.839	658.034	14.718.949	4.676.586	13.198	(2.007.245)	288.863	17.690.351
Coligada										
SABESP	15%	42.401.125	8.462.059	1.234.817	6.360.169	1.195.729	-	-	-	7.555.898
Total		58.652.158	10.538.898	1.892.851	21.079.118	5.872.315	13.198	(2.007.245)	288.863	25.246.249

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

12 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão das controladas distribuidoras está a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Atualização do ativo financeiro	Transferência do Ativo de contrato	Baixas	31/03/2026
Ativo financeiro – Distribuição	25.250.803	480.016	639.603	(11.974)	26.358.448
Obrigações especiais – Distribuição	(6.115.047)	(131.070)	(194.274)	-	(6.440.391)
Total	19.135.756	348.946	445.329	(11.974)	19.918.057

13 Imobilizado (Consolidado)

A composição do ativo imobilizado está apresentada da seguinte forma:

Imobilizado	Vida útil	31/03/2026		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 anos	593.362	(53.948)	539.414
Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos	7.576.488	(2.027.674)	5.548.814
Móveis e utensílios	16 anos	27.915	(3.664)	24.251
Veículos	5 anos	3.680	(1.387)	2.293
Equipamentos de processamento de dados	6 anos	2.924	(2.039)	885
Imobilizado em andamento	-	380.470	-	380.470
Desmobilização de ativos	-	163	(163)	-
Total		8.585.002	(2.088.875)	6.496.127

Imobilizado	Vida útil	31/12/2025		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 anos	590.613	(47.343)	543.270
Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos	7.574.078	(1.954.264)	5.619.814
Móveis e utensílios	16 anos	27.728	(3.387)	24.341
Veículos	5 anos	3.155	(1.308)	1.847
Equipamentos de processamento de dados	6 anos	2.924	(2.026)	898
Imobilizado em andamento	-	350.737	-	350.737
Desmobilização de ativos	-	163	(163)	-
Total		8.549.398	(2.008.491)	6.540.907

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

13.1 Movimentação do ativo imobilizado

	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/03/2026
Custo do imobilizado						
Em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	590.613	-	-	2.749	-	593.362
Máquinas e equipamentos	7.574.078	2.670	(4.964)	4.704	-	7.576.488
Móveis e utensílios	27.728	2	-	185	-	27.915
Veículos	3.155	525	-	-	-	3.680
Equipamentos de processamento de dados	2.924	-	-	-	-	2.924
Imobilizado em andamento	350.737	34.641	(317)	(4.335)	(256)	380.470
Desmobilização de ativos	163	-	-	-	-	163
Total do custo de imobilizado	8.549.398	37.838	(5.281)	3.303	(256)	8.585.002
	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/03/2026
Depreciação acumulada						
Edificações, obras civis e benfeitorias	(47.343)	(6.605)	-	-	-	(53.948)
Máquinas e equipamentos	(1.954.264)	(70.107)	-	(3.303)	-	(2.027.674)
Móveis e utensílios	(3.387)	(277)	-	-	-	(3.664)
Veículos	(1.308)	(79)	-	-	-	(1.387)
Equipamentos de processamento de dados	(2.026)	(13)	-	-	-	(2.039)
Desmobilização de ativos	(163)	-	-	-	-	(163)
Total da depreciação	(2.008.491)	(77.081)	-	(3.303)	-	(2.088.875)
Total do imobilizado	6.540.907	(39.243)	(5.281)	-	(256)	6.496.127

Os ativos imobilizados das controladas Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento são dados como garantia em face dos financiamentos obtidos. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 18.2 – Garantias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

14 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2026					
	Taxas anuais*	Custo	Amortização	Impairment	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição						
Em serviço – Distribuição	4,23%	50.647.945	(23.592.635)	-	(3.601.005)	23.454.305
Direito de concessão						
Direito de concessão – Equatorial Maranhão	3,33%	291.810	(222.671)	-	-	69.139
Direito de concessão – Equatorial Pará	3,33%	172.904	(171.229)	-	-	1.675
Direito de concessão – Equatorial Alagoas	3,33%	1.196.831	(280.266)	-	-	916.565
Direito de concessão – Equatorial Piauí	3,33%	1.714.448	(430.182)	-	-	1.284.266
Direito de concessão – CEEE-D	4,17%	2.786.062	(551.404)	-	-	2.234.658
Direito de concessão – CEA	3,33%	1.199.957	(173.326)	-	-	1.026.631
Subtotal		7.362.012	(1.829.078)	-	-	5.532.934
Outros		116.185	(23.632)	-	-	92.553
Subtotal		58.126.142	(25.445.345)	-	(3.601.005)	29.079.792
Saneamento						
Direito de concessão – CSA (a)	2,88%	735.477	195.964	(299.242)	-	632.199
Outros		14.952	1.389	(1.273)	-	15.068
Subtotal		750.429	197.353	(300.515)	-	647.267
Geração						
Direito de exploração	6,78%	2.991.127	(813.710)	(1.312.531)	-	864.886
Direito de autorização	3,22%	2.385.402	(301.766)	(1.046.734)	-	1.036.902
Outros		78.313	(14.589)	-	-	63.724
Subtotal		5.454.842	(1.130.065)	(2.359.265)	-	1.965.512
Total		64.331.413	(26.378.057)	(2.659.780)	(3.601.005)	31.692.571

	31/12/2025					
	Taxas anuais*	Custo	Amortização	Impairment	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição						
Em serviço – Distribuição	4,23%	50.098.143	(22.916.858)	-	(3.786.596)	23.394.689
Direito de concessão						
Direito de concessão – Equatorial Maranhão	3,33%	291.810	(218.760)	-	-	73.050
Direito de concessão – Equatorial Pará	3,33%	172.904	(170.902)	-	-	2.002
Direito de concessão – Equatorial Alagoas	3,33%	1.196.831	(270.303)	-	-	926.528
Direito de concessão – Equatorial Piauí	3,33%	1.714.448	(415.912)	-	-	1.298.536
Direito de concessão – CEEE-D	4,17%	2.786.062	(522.382)	-	-	2.263.680
Direito de concessão – CEA	3,33%	1.199.957	(163.326)	-	-	1.036.631
Subtotal		7.362.012	(1.761.585)	-	-	5.600.427
Outros		110.226	(19.526)	-	-	90.700
Subtotal		57.570.381	(24.697.969)	-	(3.786.596)	29.085.816
Saneamento						
Direito de concessão – CSA	2,88%	735.477	202.901	(299.242)	-	639.136
Outros		13.262	3.354	(1.273)	-	15.343
Subtotal		748.739	206.255	(300.515)	-	654.479
Geração						
Direito de exploração	6,78%	2.991.127	(797.277)	(1.559.842)	-	634.008
Direito de autorização	3,22%	2.385.402	(294.103)	(799.423)	-	1.291.876
Outros		77.327	(13.515)	-	-	63.812
Subtotal		5.453.856	(1.104.895)	(2.359.265)	-	1.989.696
Total		63.772.976	(25.596.609)	(2.659.780)	(3.786.596)	31.729.991

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo apresentado é composto do valor pago a título de outorga para a exploração da concessão da controlada Concessionária de Saneamento do Amapá – CSA. A amortização iniciou após o exercício de operação assistida, que encerrou em julho de 2022.

14.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2025	Adições	Baixas (a)	Transferências ativo de contrato	Outros	31/03/2026
Distribuição						
Em serviço	50.099.884	-	(158.083)	707.885	-	50.649.686
(-) Amortização	(22.918.599)	(804.011)	128.234	-	-	(23.594.376)
Total em serviço	27.181.285	(804.011)	(29.849)	707.885	-	27.055.310
Obrigações especiais	(8.299.661)	-	-	40.060	-	(8.259.601)
(-) Amortização	4.513.065	145.531	-	-	-	4.658.596
Total em obrigações especiais	(3.786.596)	145.531	-	40.060	-	(3.601.005)
Direito de concessão	7.208.332	-	-	-	-	7.208.332
(-) Amortização	(1.607.905)	(67.493)	-	-	-	(1.675.398)
Total em direito de concessão	5.600.427	(67.493)	-	-	-	5.532.934
Outros	90.700	1.597	-	-	256	92.553
Total Distribuição	29.085.816	(724.376)	(29.849)	747.945	256	29.079.792
Saneamento						
Direito de concessão	999.146	-	-	-	-	999.146
(-) Amortização	(256.182)	(8.068)	-	-	-	(264.250)
Total de direito de concessão	742.964	(8.068)	-	-	-	734.896
Softwares	5.354	-	-	1.690	-	7.044
(-) Amortização Outros	(2.194)	(275)	-	-	-	(2.469)
Total software	3.160	(275)	-	1.690	-	4.575
Obrigações especiais	(263.669)	-	-	-	-	(263.669)
(-) Amortização	159.841	1.131	-	-	-	160.972
Total em obrigações especiais	(103.828)	1.131	-	-	-	(102.697)
Em curso						
Softwares	12.183	-	-	(1.690)	-	10.493
Total Saneamento	654.479	(7.212)	-	-	-	647.267
Geração						
Direito de exploração	3.554.723	-	-	-	-	3.554.723
(-) Amortização - direito de exploração	(797.277)	(16.433)	-	-	-	(813.710)
(-) Impairment - direito de exploração	(1.312.531)	-	-	-	-	(1.312.531)
Direito de autorização	1.821.806	-	-	-	-	1.821.806
(-) Amortização - direito de autorização	(294.103)	(7.663)	-	-	(2.700)	(304.466)
(-) Impairment - direito de autorização	(1.046.734)	-	-	-	-	(1.046.734)
Subtotal	1.925.884	(24.096)	-	-	(2.700)	1.899.088
Outros	63.812	(88)	-	-	2.700	66.424
Total Geração	1.989.696	(24.184)	-	-	-	1.965.512
Intangível total	31.729.991	(755.772)	(29.849)	747.945	256	31.692.571

- (a) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores, condutores e transformadores. Estes foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas. O saldo de baixas do exercício decorre, principalmente, das controladas indiretas Equatorial Goiás, Equatorial Pará e CEEE-D.

15 Ativos de contrato (Consolidado)

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	Distribuição e Saneamento				
	31/12/2025	Adições (a)	Ativo intangível	Ativo financeiro	31/03/2026
Em curso	9.358.098	2.545.304	(707.885)	(639.603)	10.555.914
Obrigações especiais	(2.558.958)	(322.788)	(40.060)	194.274	(2.727.532)
Total ativo de contrato	6.799.140	2.222.516	(747.945)	(445.329)	7.828.382
Não circulante	6.799.140				7.828.382

- (a) O montante de R\$ 2.222.516 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no exercício. Deste total, R\$ 1.942.663 impactaram o caixa das controladas e, conforme nota explicativa nº 34.1 - Transações não envolvendo caixa, R\$

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

59.220 referem-se às adições em contrapartida de fornecedores das controladas, R\$ 147.998 referem-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas das controladas e R\$ 39.743 deve-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Adicionalmente, as controladas reconheceram o montante de R\$ 32.892 de reversão de provisão do estoque, conforme nota explicativa nº 31 Outras despesas operacionais, líquidas.

As controladas da Companhia que atuam no ramo de distribuição de energia avaliaram e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço: (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL. A Companhia e suas controladas realizaram avaliação de perda ao valor recuperável, conforme nota explicativa nº 16 - Avaliação de *impairment* para os ativos com vida útil definida.

16 Avaliação de *impairment* para os ativos com vida útil definida

A Companhia e suas controladas realizaram o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e consideram, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetuaram a revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável das controladas Equatorial Goiás, CEEE-D, CEA, CSA, Echo Crescimento e Echo Participações e suas controladas.

Como resultado dessa análise, a Administração concluiu que as UGCs representadas pela CSA e por algumas controladas da Echo Participações, além do investimento realizado pela Equatorial na Echo Participações, apresentaram a necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 3.391.261 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024). As demais UGCs, representadas pelas Companhias Equatorial Goiás, CEEE-D e CEA, submetidas ao teste de *impairment* não apresentaram necessidade de provisão ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Companhia e suas controladas vem acompanhando indicativos de perda por redução ao valor recuperável desde a última análise no exercício anterior, e para o período findo em 31 de março de 2026, não foram identificadas situações que exigissem novas análises.

17 Fornecedores (Consolidado)

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (b)	1.937.682	2.426.977
Encargos de uso da rede elétrica	601.767	592.932
Materiais e serviços	1.939.003	1.783.737
Parcelamento Itaipu (a)	29.006	58.012
Outros	155.133	108.962
Subtotal	4.662.591	4.970.620
Não circulante		
Materiais e serviços	22.117	23.003
Subtotal	22.117	23.003
Total	4.684.708	4.993.623

- (a) O valor registrado em 31 de março de 2026, é referente a 3 parcelas restantes do Termo de confissão e repactuação da dívida do repasse de energia de Itaipu - ECF 3286/2016, celebrado entre a Equatorial Goiás, controlada indireta da Companhia, e a AXIA Energia, assinado em 17 de junho de 2016 e referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao *dólar* R\$ 2,69 do Contrato ECF 3002/2012, totalizando R\$ 901.949. A dívida foi celebrada em reais e vem sendo corrigida pela taxa SELIC calculada *pro rata* die sobre o saldo devedor desde 30 de outubro

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

de 2015. O Termo foi parcelado em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes o principal e juros remuneratórios; e

- (b) O saldo em 31 de março de 2026 apresentou uma redução de R\$ 489.295 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função, principalmente, das variações nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia e despesas do Mercado de Curto Prazo.

O saldo de Fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 36 dias (35 dias em 31 de dezembro de 2025).

17.1 Fornecedores – Risco sacado

As controladas da Companhia, com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, autorizaram a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, as controladas da Companhia realizarão o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pelas controladas da Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. As controladas da Companhia não possuem influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). As controladas da Companhia disponibilizam ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia.

As controladas da Companhia não possuem operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação das controladas da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual as controladas da Companhia são cotistas. As controladas da Companhia quitam a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de março de 2026, o saldo de fornecedores - risco sacado é de R\$ 457.372 (R\$ 458.432 em 31 de dezembro de 2025), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 732.392 para 31 de março de 2026 (R\$ 691.056 em 31 de março de 2025). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 57 dias (66 dias em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas -- Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

18 Empréstimos e financiamentos

18.1 Composição do saldo (Consolidado)

	Custo da dívida (% a.a.)	31/03/2026			Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos				Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira								
CDI	0,61% até 1,85%	1.708.845	4.316.724	6.025.569	0,80% até 1,85%	1.264.769	5.149.958	6.414.727
(-) Custo de transação		(1.368)	(12.794)	(14.162)		(1.370)	(11.690)	(13.060)
Total moeda estrangeira		1.707.477	4.303.930	6.011.407		1.263.399	5.138.268	6.401.667
Moeda Nacional								
PRÉ-FIXADO	2,35% até 6,80%	87.960	1.540.751	1.628.711	2,35% até 6,80%	69.637	1.568.739	1.638.376
IPCA	0,96% até 11,00%	886.985	7.242.106	8.129.091	0,96% até 11,00%	876.761	7.386.592	8.263.353
CDI	-0,05% até 1,62%	1.084.166	3.218.067	4.302.233	-0,05% até 1,62%	1.191.004	3.233.726	4.424.730
TJLP	2,02% até 2,88%	110.146	722.571	832.717	0,00% até 2,88%	108.493	743.972	852.465
Subtotal		2.169.257	12.723.495	14.892.752		2.245.895	12.933.029	15.178.924
(-) Custo de transação		(6.672)	(75.673)	(82.345)		(6.836)	(77.302)	(84.138)
(-) Ajuste a valor presente (a)		(3.096)	(508.471)	(511.567)		(2.918)	(515.032)	(517.950)
Subtotal		(9.768)	(584.144)	(593.912)		(9.754)	(592.334)	(602.088)
Total moeda nacional		2.159.489	12.139.351	14.298.840		2.236.141	12.340.695	14.576.836
Total		3.866.966	16.443.281	20.310.247		3.499.540	17.478.963	20.978.503

- (a) Contrato de empréstimo via recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), entre a controlada Equatorial Piauí e a CCEE, na condição de gestora da RGR. A gestora da RGR concede, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 748/2016, empréstimo à devedora com recursos da RGR, necessário para assegurar a remuneração adequada prevista no art. 11 da Portaria MME nº 388/2016, com o objetivo de criar condições para a continuidade e a prestação adequada do serviço. A controlada indireta Equatorial Piauí reconheceu o ajuste a valor presente de R\$ 674.930 utilizando como data base 30 de junho de 2019, e taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Controlada. Em 31 de março de 2026, o saldo de ajuste a valor presente corresponde a R\$ 511.567 (R\$ 517.950 em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas --
 Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

18.2 Garantias

Os empréstimos e financiamentos das controladas contam com aval e/ou fiança da Equatorial S.A., na qualidade de controladora e garantidora. Adicionalmente, as operações podem estar garantidas por fiança bancária, conta reserva, recebíveis, direitos creditórios/emergentes, ações e equipamentos e direitos emergentes, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

18.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2026, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Consolidado

Vencimento	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	3.866.966	19%
2027	3.651.809	18%
2028	2.379.177	12%
2029	1.197.240	6%
2030	1.156.788	6%
De 2031 a 2048	8.653.330	42%
Subtotal	17.038.344	84%
Custo de transação/ajuste a valor presente (não circulante)	(595.063)	-3%
Não circulante	16.443.281	81%
Total	20.310.247	100%

18.4 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

Consolidado

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.236.141	12.340.695	1.263.399	5.138.268	20.978.503
Ingressos	-	-	-	262.000	262.000
Encargos	246.367	-	75.034	1.301	322.702
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (c)	10.023	90.620	(80.926)	(253.453)	(233.736)
Transferências	291.964	(291.964)	842.475	(842.475)	-
Amortizações de principal	(432.840)	-	(316.747)	-	(749.587)
Pagamentos de juros	(200.341)	-	(76.368)	-	(276.709)
Custo de transação (a)	1.792	-	610	(1.711)	691
Ajuste a valor presente (b)	6.383	-	-	-	6.383
Saldos em 31 de março de 2026	2.159.489	12.139.351	1.707.477	4.303.930	20.310.247

- (a) Refere-se à movimentação do custo de transação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição;
- (b) Refere-se à movimentação do ajuste a valor presente das controladas indiretas Equatorial Piauí e Equatorial Goiás que, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição; e
- (c) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas --
 Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

18.5 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e suas controladas possuem garantias fidejussórias e/ou recebíveis e/ou ações e/ou aplicações financeiras (contas reserva) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas, com o período de apuração trimestral nas controladas:

Equatorial Maranhão				
<i>Covenants</i> Empréstimos	<i>Scotiabank</i>	FINDEV	SMBC	
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,0	2,0	2,0	
Equatorial Pará				
<i>Covenants</i> Empréstimos	<i>BofA</i>			
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	1,8			
Equatorial Alagoas				
<i>Covenants</i> Empréstimos	Santander	NCE Santander	<i>BofA</i>	<i>Scotiabank</i>
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6	2,6	2,6	2,6
Equatorial Piauí				
<i>Covenants</i> Empréstimos	Santander	<i>Scotiabank</i>	<i>BofA</i>	
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,5	2,5	2,5	

A Companhia é garantidora nos seguintes empréstimos e financiamentos nos quais a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

Equatorial Piauí				
<i>Covenants</i> Empréstimos	<i>Scotiabank</i>			
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,7			
CEEE-D				
<i>Covenants</i> Empréstimos	<i>BofA</i>	Citibank	Santander	
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,7	2,7	2,7	
CEA				
<i>Covenants</i> Empréstimos	<i>Scotiabank</i>	Citibank		
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,7	2,7		
Equatorial Goiás				
<i>Covenants</i> Empréstimos	<i>BofA</i>	Santander	<i>Scotiabank</i>	1ª emissão NC
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,7	2,7	2,7	2,7

Os indicadores acima obedecem, fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipuladas nos contratos.

Adicionalmente, as controladas da Companhia possuem contratos financeiros junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, apurados anualmente com base em informações auditadas. Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia encontravam-se em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas --
 Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

19 Debêntures

19.1 Composição do Saldo (Controladora)

	Custo da dívida (% a.a.)	31/03/2026		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R\$)				
CDI	0,72%	9.490	1.500.000	1.509.490
(-) Custo de transação		(970)	(2.909)	(3.879)
Total		8.520	1.497.091	1.505.611

	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R\$)				
CDI	0,72%	66.646	1.500.000	1.566.646
(-) Custo de transação		(970)	(3.152)	(4.122)
Total		65.676	1.496.848	1.562.524

19.2 Composição do saldo (Consolidado)

	Custo da dívida (% a.a.)	31/03/2026		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R\$)				
IPCA	4,75% até 9,00%	263.716	6.853.679	7.117.395
CDI	-0,79% até 1,20%	611.778	29.391.648	30.003.426
Subtotal		875.494	36.245.327	37.120.821
(-) Custo de transação		(59.329)	(530.326)	(589.655)
Total		816.165	35.715.001	36.531.166

	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R\$)				
IPCA	4,65% até 9,00%	55.779	4.986.190	5.041.969
CDI	-0,19% até 1,20%	915.906	28.034.189	28.950.095
Subtotal		971.685	33.020.379	33.992.064
(-) Custo de transação		(57.740)	(441.064)	(498.804)
Total		913.945	32.579.315	33.493.260

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas --
 Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

19.3 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no período está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	65.676	1.496.848	1.562.524
Encargos	55.558	-	55.558
Transferências	(243)	243	-
Pagamento de juros	(112.714)	-	(112.714)
Custo de transação (b)	243	-	243
Saldos em 31 de março de 2026	8.520	1.497.091	1.505.611

- (a) Refere-se à movimentação do custo de transação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Consolidado

	Moeda Nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	913.945	32.579.315	33.493.260
Ingressos	-	3.000.000	3.000.000
Encargos	884.057	23.694	907.751
Varição monetária, cambial e marcação a valor justo (b)	2.544	229.432	231.976
Transferências	12.050	(12.050)	-
Amortização do principal	(24.599)	-	(24.599)
Pagamento de juros	(986.370)	-	(986.370)
Custo de transação (a)	14.538	(105.390)	(90.852)
Saldos em 31 de março de 2026	816.165	35.715.001	36.531.166

- (a) Refere-se à movimentação do custo de transação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição; e
 (b) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo.

19.4 Garantias

As debêntures das controladas contam com aval e/ou fiança da Equatorial S.A., na qualidade de controladora e garantidora. Adicionalmente, as operações podem estar garantidas por fiança bancária, conta reserva, recebíveis, direitos creditórios/emergentes, ações e equipamentos e direitos emergentes, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas --
 Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

19.5 Cronograma de amortização da dívida

Controladora

Vencimento Circulante	31/03/2026	
	Valor	%
	8.520	1%
2028	500.000	33%
2029	500.000	33%
2030	500.000	33%
Subtotal	1.500.000	99%
Custo de transação/ ajuste a valor presente (não circulante)	(2.909)	-
Não circulante	1.497.091	99%
Total	1.505.611	100%

Consolidado

Vencimento Circulante	31/03/2026	
	Valor	%
	816.165	2%
2027	714.171	2%
2028	3.685.788	10%
2029	5.725.555	16%
2030	5.269.846	14%
De 2031 até 2052	20.849.970	57%
Subtotal	36.245.330	99%
Custo de transação/ ajuste a valor presente (não circulante)	(530.329)	-1%
Não circulante	35.715.001	98%
Total	36.531.166	100%

19.6 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas possuem garantias reais, fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros com o período de apuração trimestral:

Equatorial S.A. <i>Covenants</i> debêntures	7ª debêntures				
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,7				
Equatorial Pará <i>Covenants</i> debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures	11ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8
Equatorial Maranhão <i>Covenants</i> debêntures	10ª debêntures	11ª debêntures	12ª debêntures		
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,0	2,0	2,0		
Equatorial Piauí <i>Covenants</i> debêntures	3ª debêntures	4ª debêntures	5ª debêntures	6ª debêntures	
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,5	2,5	2,5	2,5	
Equatorial Alagoas <i>Covenants</i> debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures			
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6	2,6			

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas --
 Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia é garantidora nas seguintes emissões, na qual a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

<i>Covenants</i> debêntures	CEEE-D (1ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª debêntures)	CEEE-D (2ª debêntures)	CEA (2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª debêntures)	CSA (2ª debêntures)	EQTL GO (3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª debêntures)	BARREIRAS (1ª debêntures)
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,7	2,6	2,7	2,7	2,7	2,7

*Para fins de cálculo dos *covenants*, conforme nota explicativa nº 35 Operações descontinuadas, os saldos de Amortização e depreciação e Amortização do direito da concessão do Grupo Transmissão em 31 de março de 2025 eram de R\$ 587 (3.156 em 31 de outubro de 2025) e R\$ 61.824 (213.795 em 31 de outubro de 2025), respectivamente.

20 Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
ICMS	714.504	751.502
ICMS parcelamento – Equatorial Pará e CEEE-D	148.167	152.235
PIS e COFINS	240.891	244.892
Encargos sociais e outros	77.207	96.879
Outros	210.834	211.632
Total circulante	1.391.603	1.457.140
Não circulante		
ICMS	97.918	99.368
ICMS parcelamento – Equatorial Pará e CEEE-D	2.659.231	2.631.171
Outros	159.619	190.953
Total não circulante	2.916.768	2.921.492
Total impostos e contribuições a recolher	4.308.371	4.378.632

O saldo ICMS parcelamento oriundo da controlada CEEE-D está de acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, em que a CEEE-D cedeu e transferiu à sua antiga controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação ocorreu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação que, em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado.

Do saldo remanescente, R\$ 9.392 refere-se a parcelamentos ordinários e R\$ 2.772.845 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa "REFAZ Energia Elétrica"), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e, conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	1.406.086	-	1.406.086
Multa	307.226	(184.336)	122.890
Juros	1.059.533	(635.720)	423.813
Total	2.772.845	(820.056)	1.952.789

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas --
 Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

Cronograma de pagamento ICMS parcelado

	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	148.167	5%
2027	90.028	3%
2028	115.638	4%
2029	124.512	4%
2030	133.363	5%
Após 2030	2.195.690	79%
Não circulante	2.659.231	95%
Total ICMS parcelamento	2.807.398	100%

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

21.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos (Consolidado)

	31/03/2026	31/12/2025
Prejuízo fiscal	1.752.926	1.743.217
Base negativa	586.092	582.396
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	783.451	811.526
PECLD	1.072.327	1.037.004
Provisão para participação nos lucros	81.155	63.569
Instrumentos financeiros - CPC 48/ IFRS 09	(769.103)	(761.048)
Provisão para pagamento baseado em ações	57.106	47.829
Receita /Custo de Construção - CPC 47/IFRS 15	5.425	5.401
Arrendamentos - CPC 06 (R2) /IFRS 16	991	980
Intangível - Concessão - Aquisição Equatorial Pará	24.950	24.900
Contingências e encargos da dívida - Aquisição EQTL PA, AL e PI SWAP	49.631	50.187
	296.257	191.319
Provisão laudo atuarial	182.298	171.315
AIC Reversível	29.045	67.913
Atualização do ativo financeiro VNR	(1.430.660)	(1.317.724)
Ajuste a valor presente	(190.752)	(192.749)
Reavaliação bens da concessão	(15.559)	(18.637)
Depreciação acelerada	(426.359)	(435.298)
Opção de compra de ações	-	(744)
Provisão para perdas de estoques	64.737	64.285
Contratos de comercialização	42.749	43.684
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida	(237.579)	(147.669)
Outras diferenças temporárias	69.926	37.196
Imposto diferido líquido	2.029.054	2.068.852
Ativo diferido líquido	3.409.390	3.402.456
Passivo diferido líquido	(1.380.336)	(1.333.604)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas -- Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

21.2 Movimentação dos tributos diferidos (Consolidado)

	Saldo em 31/12/2025	Reconhecimento no resultado	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/03/2026	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	1.743.217	9.709	-	1.752.926	1.752.926	-
Base negativa	582.395	3.697	-	586.092	586.092	-
Provisão para riscos judiciais	811.526	(28.075)	-	783.451	783.451	-
PECLD	1.037.004	35.323	-	1.072.327	1.072.327	-
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	299.687	10.510	-	310.197	310.197	-
Provisão para participação nos lucros	63.569	17.586	-	81.155	81.155	-
Instrumentos financeiros - CPC 48/ IFRS 09	(761.048)	(8.055)	-	(769.103)	10.716	(779.819)
Provisão para pagamento baseado em ações	47.829	9.277	-	57.106	57.106	-
Receita /Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	5.401	24	-	5.425	5.425	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	980	11	-	991	991	-
Contingências e encargos da dívida - aquisição EQTL PA, AL e PI <i>SWAP</i>	50.185 191.321	(554) 92.733	- 12.203	49.631 296.257	49.631 296.257	- -
Varição monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida	(147.669)	(89.910)	-	(237.579)	5.904	(243.483)
Provisão para perdas de estoques	64.285	452	-	64.737	65.455	(718)
Provisão laudo atuarial	171.318	1.248	9.732	182.298	182.298	-
Atualização do ativo financeiro VNR	(1.317.724)	(112.936)	-	(1.430.660)	-	(1.430.660)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(312.643)	3.941	-	(308.702)	-	(308.702)
Depreciação acelerada	(435.298)	8.939	-	(426.359)	-	(426.359)
Ajuste a valor presente	(192.749)	1.997	-	(190.752)	27.156	(217.908)
Intangível - Concessão - aquisição Equatorial Pará	24.900	50	-	24.950	24.950	-
Contratos de comercialização	43.683	(934)	-	42.749	146.863	(104.114)
Opção de compra de ações	(744)	744	-	-	-	-
AIC Reversível	64.715	(35.670)	-	29.045	29.045	-
Reavaliação bens da concessão	(18.637)	3.078	-	(15.559)	-	(15.559)
Outras diferenças temporárias	53.349	15.082	-	68.431	90.032	(21.601)
Diferido líquido	2.068.852	(61.733)	21.935	2.029.054	5.577.977	(3.548.923)
Ativo diferido líquido	3.402.456			3.409.390		
Passivo diferido líquido	(1.333.604)			(1.380.336)		

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

21.3 Expectativa de recuperação - Ativo fiscal diferido (Consolidado)

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, considerando a projeção de lucros tributáveis futuros, a Administração das controladas estima que a realização dos créditos fiscais diferidos, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Equatorial Maranhão	449.556	-	-	-	449.556
Equatorial Pará	670.417	-	-	-	670.417
Equatorial Alagoas	42.315	38.806	39.973	432.115	553.209
Equatorial Piauí	46.527	65.677	62.404	477.345	651.953
Equatorial Goiás	-	295.541	451.111	2.284.298	3.030.950
Equatorial Serviços	448	-	-	-	448
Ativo bruto das controladas	1.209.263	400.024	553.488	3.193.758	5.356.533
PPA – Equatorial Pará, Alagoas e Piauí e Echo Participações	12.840	12.840	12.840	182.924	221.444
Total	1.222.103	412.864	566.328	3.376.682	5.577.977

21.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

Controladora	31/03/2026		31/03/2025 (reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	431.994	431.994	464.861	464.861
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	(107.998)	(38.879)	(116.215)	(41.837)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	122.418	44.071	231.255	54.890
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	3.211	1.081	(22.905)	(8.161)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(106.258)	(9.892)
Outras (adições) exclusões permanentes	(23.293)	(8.140)	447	76
IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado	(5.662)	(1.867)	(13.676)	(4.924)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do período	(6.210)	(2.063)	-	-
IRPJ e CSLL diferido no resultado do período	548	196	(13.676)	(4.924)
Alíquota efetiva	-1%	-	-3%	-1%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado	31/03/2026		31/03/2025 (reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	820.650	820.650	787.444	787.444
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(205.162)	(73.858)	(196.861)	(70.870)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Atualização de Indébito tributário	9.870	3.553	-	-
Juros sobre capital próprio	(21.884)	(7.878)	-	-
Incentivo PAT	3.518	-	2.852	-
Amortização da Mais Valia	(9.907)	(3.566)	-	-
(+) IRPJ Subvenção Governamental	156.602	-	139.293	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	(24.910)	(9.010)	2.899	1.531
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	63.433	22.836	(53.423)	(19.232)
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(40.256)	(14.773)	19.201	16.893
Outras adições permanentes	(46.732)	(15.770)	(21.412)	(11.941)
IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado	(115.428)	(98.466)	(107.451)	(83.619)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do período	(71.633)	(80.528)	(60.219)	(69.635)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do período	(43.795)	(17.938)	(47.232)	(13.984)
Alíquota efetiva	-14%	-12%	-14%	-11%

21.5 Impostos diferidos não reconhecidos

Determinadas controladas indiretas da Companhia não constituíram impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois estão em fase de afirmação do período de *turnaround* e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 31 de março de 2026, as controladas indiretas CEEE-D, CEA e CSA apresentaram o saldo de R\$ 4.919.760 (R\$ 4.723.445 em 31 de dezembro de 2025) a realizar na rubrica de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	12.773.304	3.193.326	12.726.134	3.181.533
Base negativa de CSLL	12.772.381	1.149.514	12.726.079	1.145.348
Diferenças temporárias	1.696.825	576.920	1.166.363	396.564
Total de tributos diferidos	27.242.510	4.919.760	26.618.576	4.723.445

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

22 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial – Equatorial Pará

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Pine S/A e Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras).

Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação à sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Para esta última apelação, acredita-se que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório jurídico que conduz o processo, que, desde então, está sem movimentação. Quanto está apelação for concluída, espera-se que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

22.1 Composição da dívida

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Outras concessionárias	6.558	5.695
Credores financeiros (a)	34.502	27.821
Partes relacionadas	140.427	113.359
Total circulante	181.487	146.875
Não circulante		
Outras concessionárias	81.747	83.854
Credores financeiros (a)	293.953	308.158
Partes relacionadas	624.340	640.349
(-) Ajuste a valor presente – partes relacionadas	(98.393)	(101.287)
(-) Ajuste a valor presente (b)	(44.433)	(46.004)
Total não circulante	857.214	885.070
Total	1.038.701	1.031.945

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a *bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (b) Em 31 de março de 2026, o saldo era composto por: R\$ 31.577 de empréstimos e financiamentos e R\$ 12.856 de outras concessionárias (R\$ 32.770 de empréstimos e financiamentos e R\$ 13.234 de outras concessionárias em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

22.2 Cronograma de pagamento

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	181.487	17%
2027	29.722	3%
2028	58.664	6%
2029	50.671	5%
2030	50.671	5%
De 2031 até 2034	810.312	78%
Subtotal	1.000.040	97%
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	(142.826)	-14%
Não circulante	857.214	83%
Total	1.038.701	100%

22.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	31/12/2025	Juros e encargos	Varição monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	Ajuste a valor presente	31/03/2026
Outras concessionárias	76.315	1.248	-	-	(2.493)	379	75.449
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	652.421	11.060	-	-	-	2.893	666.374
Credores financeiros	303.209	1.581	(405)	(6.580)	(2.120)	1.193	296.878
Total	1.031.945	13.889	(405)	(6.580)	(4.613)	4.465	1.038.701

23 Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais (Consolidado)

As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração analisou as demandas judiciais e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	2.098.174	212.383	2.139.569	203.685
Fiscais	177.229	223.495	197.310	218.131
Trabalhistas	2.225.128	345.177	2.254.018	339.950
Regulatórias	120.033	2.249	118.357	2.204
Ambientais	41.642	-	40.480	-
Total	4.662.206	783.304	4.749.734	763.970
Circulante	1.494.073	18.045	1.551.426	24.063
Não circulante	3.168.133	765.259	3.198.308	739.907

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
 -- Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

Movimentação dos processos no período

	31/12/2025	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	31/03/2026
Cíveis	2.139.569	47.153	(107.687)	(15.189)	34.328	2.098.174
Fiscais	197.310	34	(34)	(9.672)	(10.409)	177.229
Trabalhistas	2.254.018	52.438	(116.409)	(15.185)	50.266	2.225.128
Regulatórias	118.357	-	(2.145)	-	3.821	120.033
Ambientais	40.480	-	-	(45)	1.207	41.642
Total	4.749.734	99.625	(226.275)	(40.091)	79.213	4.662.206

- (1) Contingências provisionadas no período;
 (2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
 (3) Reversões realizadas no período; e
 (4) Engloba as atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic e as reversões das referidas atualizações quando aplicável.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No período findo em 31 de março de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são partes em processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	31/03/2026	31/12/2025
Cíveis	2.569.849	2.542.117
Fiscais	349.018	591.260
Trabalhistas	385.331	363.591
Regulatórias	3	11
Total	3.304.201	3.496.979

24 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema 69 da Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal definiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, considerando o ICMS destacado nas notas fiscais.

Em atendimento a essa decisão e conforme a Lei nº 14.385/22, as controladas da Companhia reconheceram créditos tributários relativos aos valores pagos indevidamente, bem como os correspondentes passivos regulatórios, considerando que os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica são repassados integralmente aos consumidores.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324 e, em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento ratificando a constitucionalidade da referida Lei. Contudo, foram opostos embargos de declaração pela ABRADEE, atualmente pendentes de apreciação, os quais discutem aspectos relevantes da operacionalização da decisão, tais como a abrangência da irrepetibilidade dos valores

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido, a forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial, entre outros pontos de ambiguidade.

Nesse sentido, a Administração monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento e a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas.

Os saldos passivos são amortizados via CVA, em atendimento à nota técnica nº 9/2021-FE/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária ocorridos a cada ciclo. Os valores passivos constituídos pelas controladas da Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do período, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.958.336
Complemento de créditos tributários	734
Atualização monetária	32.768
Compensação	(143.892)
Saldo em 31 de março de 2026	1.847.946

	31/03/2026				
	Equatorial Piauí	Equatorial Alagoas	CEEE-D	Equatorial Goiás	Total
Circulante	2.997	-	58.781	252.809	314.587
Não circulante	-	159.799	160.228	1.213.332	1.533.359
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.997	159.799	219.009	1.466.141	1.847.946

	31/12/2025				
	Equatorial Piauí	Equatorial Alagoas	CEEE-D	Equatorial Goiás	Total
Circulante	3.992	-	86.609	367.877	458.478
Não circulante	-	159.065	154.801	1.185.992	1.499.858
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.992	159.065	241.410	1.553.869	1.958.336

25 Outras contas a pagar (Consolidado)

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Devolução a consumidores	164.070	159.494
Convênios de arrecadação	277.747	269.195
Créditos de geração distribuída (a)	790.519	865.011
Cauções	261.721	239.686
Provisão para ressarcimento	240.409	229.036
Neutralidade PIS/COFINS	-	55.859
Devolução 4ª Tranche PLPT	77.266	83.172
Outras contas a pagar	345.674	373.261
Total circulante	2.157.406	2.274.714
Não circulante		
Parcelamento - ANEEL	225.090	218.183
Provisão para desmobilização	493.078	488.869
Provisão para ressarcimento	176.531	143.151
Phantom - liquidação caixa (b)	140.790	98.736
Adiantamento de clientes	63.057	73.659
Devolução a consumidores	32.562	32.559
Outras contas a pagar	138.264	140.379
Total não circulante	1.269.372	1.195.536
Totais outras contas a pagar	3.426.778	3.470.250

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Corresponde ao excedente de créditos de energia das modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei n.º 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD). Para maiores detalhes, ver nota explicativa nº 30 - Energia elétrica comprada para revenda; e
- (b) A variação do saldo no período decorre, principalmente, do reconhecimento de novas parcelas do plano de *Phantom Shares* e da reavaliação do passivo remanescente, após pagamentos efetuados no encerramento do exercício de 2025, relacionados ao exercício de direitos pelos beneficiários.

26 Patrimônio líquido

26.1 Capital social

Em 31 de março de 2026, o capital social é R\$ 22.174.037 (R\$ 22.169.281 em 31 de dezembro de 2025), o capital autorizado é de 1.500.000.000 de ações e sua composição de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	31/03/2026		31/12/2025	
	ON	%	ON	%
Opportunity	126.397.320	10,04%	126.397.320	10,04%
Squadra Investimentos	57.650.288	4,58%	57.650.288	4,58%
Canada Pension Plan	57.556.847	4,57%	57.556.847	4,57%
BlackRock	125.986.186	10,00%	57.299.125	4,55%
Demais minoritários	891.644.656	70,81%	960.116.217	76,26%
Total	1.259.235.297	100,00%	1.259.019.797	100%

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia aprovou R\$ 4.756 de aumento de capital decorrente do exercício das opções previstas no Quinto Plano de Opção de Compra de Ações, com a emissão de 215.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

26.2 Reservas de capital

Esta reserva é constituída, em parte: (i) pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10 (R1) /IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações; e (ii) pelos efeitos de alterações na participação relativa da controladora sobre uma controlada, que não resultam em perda de controle, conforme determina o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. Em 31 de março de 2026, o saldo desta reserva era de R\$ 1.357.982 (R\$ 1.798.082 em 31 de dezembro de 2025).

26.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de março de 2026, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial era R\$ 76.393 (R\$ 91.155 em 31 de dezembro de 2025), contemplando, principalmente, efeitos de benefícios pós-emprego e de instrumentos financeiros derivativos. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão reclassificados para o resultado do exercício, integral ou parcialmente, quando da alienação de ativos/passivos a que elas se referem.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

26.4 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Numerador		
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia	424.465	556.168
Denominador (em milhares)		
1. Média ponderada de ações no cálculo do LPA básico	1.257.279	1.251.886
2. Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	1.257.878	1.252.471
Lucro do período básico por lote de mil ações - R\$	0,33761	0,44426
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R\$	0,33745	0,44406
	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
(i) Fator de diluição		
3. Quantidade de Ações <i>Stock Options</i> (5º Plano)	1.627	2.731
4. Diluição	599	585
Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	1.257.878	1.252.471
	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Lucro do período básico por lote de mil ações - R\$ (operações em continuidade)	0,33761	0,35647
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R\$ (operações em continuidade)	0,33745	0,35630
Lucro do período básico por lote de mil ações - R\$ (operações descontinuadas)	-	0,08779
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R\$ (operações descontinuadas)	-	0,08775

27 Planos de incentivos de longo prazo

A Companhia instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

27.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

a. Movimentação durante o período

	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	1.692.200	-	4.887.168	-
Exercidas durante o período/exercício	-	-	(344.550)	-
Encerramento durante o período/exercício	(65.500)	-	(2.850.418)	-
Existentes ao fim do período/exercício 4ª Outorga	327.700	22,12	354.700	22,67
Existentes ao fim do período/exercício 5ª Outorga	80.000	22,64	80.000	22,64
Existentes ao fim do período/exercício 6ª Outorga	882.500	25,73	882.500	25,73
Existentes ao fim do período/exercício 7ª Outorga	336.500	30,11	375.000	30,11
Existentes ao fim do período/exercício	1.626.700	-	1.692.200	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 era de 4,13 anos. Não houve novas outorgas durante os períodos/exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Premissas	31/03/2026	31/12/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	12,49	12,53
	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Rendimento de dividendos (%)	31,46	31,46
Volatilidade esperada (%)	31,46	31,46
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	10,84	10,85
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,13	4,13
Média ponderada do preço das ações (R\$)	31,03	30,98
Modelo utilizado	<i>Black-Scholes</i>	<i>Black-Scholes</i>

Foi reconhecida uma despesa no resultado da Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março de 2026, de R\$ 728 (reversão de R\$ 5.072 em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

27.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia e as suas controladas fizeram jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Companhia e suas controladas

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Cancelamento/transferência (a)	4.552.681	38,59	3.818.496	-
Existentes em 1º de janeiro	2.016.905	-	(595.296)	31,60
Outorgadas durante o período/exercício	(113.667)	-	2.391.981	-
Pagamentos	-	-	(1.062.500)	-
Existentes ao fim do período/exercício	6.455.919	40,86	4.552.681	38,59

- (a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo em 31 de março de 2026, foi reconhecida uma despesa de R\$ 38.001 para a Companhia e suas controladas, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 2.632 em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

27.3 Plano de Outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do exercício de carência.

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

Companhia e suas controladas

	Número de opções	Valor justo médio ponderado	Número de opções	Valor justo médio ponderado
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	1.154.881	31,77	482.849	31,12
Outorgadas durante o período/exercício	-	-	682.640	32,22
Encerradas durante o período/exercício	-	-	(10.608)	-
Canceladas durante o período/exercício	(14.094)	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 1º Plano	472.241	31,12	472.241	31,12
Existentes ao fim do período/exercício 2º Plano	668.546	32,22	682.640	32,22
Existentes ao fim do período/exercício	1.140.787	31,77	1.154.881	31,77

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março de 2026 foi de R\$ 3.031 (R\$ 1.767 em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

28 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	31/03/2026	31/03/2025 (reapresentado)
Distribuição		
Receita de distribuição	10.163.409	9.198.959
Remuneração financeira WACC	640.409	374.019
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	188.528	243.341
Subvenção CDE – outros (b)	767.108	616.547
Subtotal Fornecimento de energia elétrica	11.759.454	10.432.866
Suprimento de energia elétrica (c)	342.809	126.838
Receita pela disponibilidade - uso da rede (d)	1.072.445	790.431
Receita de construção (e)	2.536.148	2.252.211
Atualização do ativo financeiro	348.946	343.561
Outras receitas	445.423	314.287
Subtotal	4.745.771	3.827.328
Subtotal distribuição	16.505.225	14.260.194
Saneamento		
Abastecimento de água e serviços de esgoto	32.115	25.592
Receita de construção	9.156	35.322
Outras receitas	1.099	1.096
Subtotal saneamento	42.370	62.010
Geração		
Receita com venda de energia	338.211	332.134
Outras receitas	4.256	3.660
Subtotal geração	342.467	335.794
Outros		
Receita de comercialização (f)	603.332	417.971
Outras receitas	25.140	64.057
Subtotal outros	628.472	482.028
Receita operacional bruta	17.518.534	15.140.026
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(2.260.979)	(1.886.539)
PIS e COFINS corrente	(1.012.902)	(771.950)
PIS e COFINS diferido	7.928	(2.883)
Encargos do consumidor	(100.558)	(91.558)
ISS	(4.421)	(4.063)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (g)	(1.307.251)	(895.209)
Penalidades DIC/FIC e outras	(90.281)	(102.502)
Outros	(130)	(1.594)
Deduções da receita operacional	(4.768.594)	(3.756.298)
Receita operacional líquida	12.749.940	11.383.728

- (a) A variação dos ativos e passivos regulatórios deve-se, principalmente, por: (i) variações dos financeiros amortizados; (ii) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e de reativo excedente pertencente às distribuidoras; e (iii) efeito da CVA da Bandeira Faturada;
- (b) Refere-se ao reconhecimento da receita correspondente ao reembolso do desconto tarifário concedido aos consumidores, efetuado por meio do subsídio regulatório;

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o exercício anterior, devido a distribuidora ter disponibilizado mais energia para venda no Mercado de Curto Prazo no exercício de 2025 em comparação ao ano anterior. Assim, houve um aumento da disponibilidade de suprimento para a venda no mercado de curto prazo;
- (d) No período, a variação nesta linha de receitas deve-se, principalmente, devido as migrações de clientes livres ocorridas, os quais representaram um aumento de 61,6% dessa classe, impactando em um aumento do uso da rede em torno de 7,3% até 31 de março de 2026;
- (e) Ver explicação do custo de construção, conforme nota explicativa nº 29 - Custos do serviço e despesas operacionais;
- (f) A variação da receita está relacionada, principalmente, à controlada indireta Equatorial Renováveis. A estratégia da Companhia permanece voltada à maximização de resultados por meio da comercialização de energia. O principal impacto observado em 2026 decorre do aumento significativo do PLD, cuja média simples passou de R\$ 108 em 2025 para R\$ 305 em 2026, bem como do crescimento no volume de comercialização com clientes atacadistas, cujos contratos possuem maior exposição às variações do PLD.; e
- (g) A variação apresentada refere-se, principalmente, aos valores registrados na conta de CDE, devido a atualização dos valores estabelecidos pela Resolução Homologatória nº 3.564, de 09 de dezembro de 2025 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, a qual definiu as quotas da CDE USO e CDE GD aplicáveis ao exercício de 2026 em valores superiores aos vigentes em 2025. O aumento verificado para 2026 reflete, entre outros fatores, a necessidade de recomposição dos recursos da CDE para cobertura de subsídios tarifários, encargos associados à geração distribuída, programas sociais (como a Tarifa Social de Energia Elétrica) e outros custos regulatórios definidos pela agência reguladora.

29 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	31/03/2026				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(151.371)	(55.620)	(209.355)	-	(416.346)
Material	(43.403)	(11.524)	(4.794)	-	(59.721)
Serviços de terceiros	(325.233)	(225.526)	(107.324)	-	(658.083)
Energia elétrica comprada para revenda – nota explicativa nº 30	(5.560.778)	-	-	-	(5.560.778)
Custo de construção – Distribuição	(2.536.148)	-	-	-	(2.536.148)
Custo de construção – Saneamento	(9.156)	-	-	-	(9.156)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(215.563)	(215.563)
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC (a)	-	-	(17.211)	(30.349)	(47.560)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(41.022)	-	(41.022)
Depreciação/Amortização	(580.396)	-	(264.114)	-	(844.510)
Arrendamentos e aluguéis	(4.982)	(3.172)	(2.181)	-	(10.335)
Subvenção CCC	(37.063)	-	-	-	(37.063)
Outros	(46.395)	1.832	(34.193)	(1.120)	(79.876)
Total	(9.294.925)	(294.010)	(680.194)	(247.032)	(10.516.161)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2025 (reapresentado)				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(118.583)	(51.911)	(153.347)	-	(323.841)
Material	(36.038)	(7.987)	(6.922)	-	(50.947)
Serviços de terceiros	(310.932)	(209.783)	(121.905)	-	(642.620)
Energia elétrica comprada para revenda	(4.920.863)	-	-	-	(4.920.863)
Custo de construção – Distribuição	(2.252.211)	-	-	-	(2.252.211)
Custo de construção – Saneamento	(35.322)	-	-	-	(35.322)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(173.228)	(173.228)
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	-	-	(12.429)	(18.990)	(31.419)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(44.886)	-	(44.886)
Depreciação/Amortização	(490.972)	-	(208.603)	-	(699.575)
Subvenção CCC	(12.977)	-	-	-	(12.977)
Outros	(40.459)	(5.875)	(18.599)	679	(64.254)
Total	(8.218.357)	(275.556)	(566.691)	(191.539)	(9.252.143)

- (a) Para fins de consolidado, no período findo em 31 de março de 2026, além do valor proveniente da despesa de provisão do FUNAC no valor de R\$ 18.357, foi contabilizada a reversão da despesa referente a realização de processos do FUNAC contidos no PPA no valor de R\$ 1.146.

30 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	31/03/2026		31/03/2025	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	10.030	(2.091.550)	10.182	(2.219.784)
Contratos Eletronuclear	240	(101.409)	407	(134.635)
Contratos cotas de garantias (c)	1.319	(518.334)	1.612	(329.805)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	(312.883)	-	(259.337)
Energia bilateral	58	(26.446)	61	(28.176)
Energia de curto prazo - CCEE (b)	-	(918.790)	-	(269.298)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	215	(133.155)	215	(150.430)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	507.498	-	425.168
Itaipu	910	(231.197)	924	(214.056)
Geração distribuída	-	(586.255)	-	(653.522)
Subtotal	12.772	(4.412.521)	13.401	(3.833.875)
Encargos de uso do sistema de distribuição	-	(1.148.257)	-	(1.086.988)
Total	12.772	(5.560.778)	13.401	(4.920.863)

(*) informação não revisada.

- (a) Compreende os custos com os contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), com redução da despesa em 5,8%;
- (b) A energia de curto prazo apresentou variação de R\$ 649.492 no acumulado findos em 31 de março de 2026, em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo exercício de 2025; e
- (c) A variação refere-se aos custos com contratos de CCGF – Contrato de Cotas de Garantia Física no ambiente regulado e os valores associados aos custos com Efeito do Risco Hidrológico que representaram um aumento expressivo no período de R\$ 188.529 devido as condições hidrológicas desfavoráveis.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

31 Outras despesas operacionais, líquidas (Consolidado)

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u> (reapresentado)
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	32.892	-
Outras receitas operacionais	6.425	6.518
Total de outras receitas operacionais	39.317	6.518
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(146.248)	(98.933)
Indenização por danos a terceiros	(7.992)	(5.498)
Provisão para perda de estoque (a)	-	(32.868)
Baixa de recebíveis incobráveis	(20.137)	(32.518)
Outras despesas operacionais	(27.831)	(20.816)
Total de outras despesas operacionais	(202.208)	(190.633)
Total outras despesas operacionais líquidas	(162.891)	(184.115)

- (a) A Companhia e suas controladas realizam avaliações periódicas de seus estoques/obras a fim de identificar materiais com baixa movimentação, constituindo provisão para perdas como forma de refletir o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado corresponde, em sua maioria, a itens obsoletos, de baixa rotatividade e/ou danificados. Para os materiais sem expectativa de benefício econômico, a distribuidora constitui provisão, uma vez que esses itens atendem às premissas previamente estabelecidas. Quando tais premissas deixam de ser atendidas, procede-se à reversão da respectiva provisão; e
- (b) O aumento das perdas de desativação decorre, principalmente na controlada indireta Equatorial Pará, refere-se ao crescimento de 73% na quantidade de obras baixadas no comparativo entre os trimestres. Esse movimento resultou em um aumento de 63% na quantidade de ativos desativados, o que elevou, de forma significativa, os custos associados à desativação no período.

32 Resultado financeiro

Controladora

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros (a)	29.583	19.230
PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.653)	(3.608)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	-	54.707
Rendimento de aval (e)	3.979	54.561
Outras receitas financeiras	2.725	4.277
Total de receitas financeiras	34.634	129.167
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (c)	(55.801)	(128.443)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	6.678	-
Outras despesas financeiras	(2.832)	(3.012)
Total de despesas financeiras	(51.955)	(131.455)
Resultado financeiro líquido	(17.321)	(2.288)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

	31/03/2026	31/03/2025 (reapresentado)
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros (a)	379.671	313.635
PIS/COFINS sobre receita financeira	(31.675)	(28.841)
Atualização de valores a receber parcela A e itens financeiros	182.652	70.189
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	987.666	534.160
Acréscimo moratório de energia vendida	119.753	119.090
Receita financeira de AVP (g)	13.365	17.360
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (d)	763.966	595.698
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores - nota explicativa nº 24	1.531	37.196
Reversão de PECLD sobre Juros de mora de contas a receber - nota explicativa nº 6.2	1.704	769
Outras receitas financeiras	64.137	69.830
Total de receitas financeiras	2.482.770	1.729.086
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (c)	(1.219.715)	(1.111.697)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(1.574.261)	(1.172.595)
Atualização de valores a devolver parcela A e itens financeiros	(99.076)	(84.258)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (d)	(761.809)	(396.941)
Despesa financeira de AVP (g)	(12.458)	(17.866)
Atualização de eficientização e contingências	(57.079)	(48.258)
Descontos concedidos	(19.910)	(27.467)
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber - nota explicativa nº 6.2	(1.427)	(1.699)
Perda esperada sobre componentes financeiros de créditos (f)	(9.794)	-
Encargos de geração distribuída	-	980
Impairment - Créditos especiais - FUNAC- nota explicativa nº 10.2	(12.556)	(6.512)
Outras despesas financeiras	(218.655)	(236.490)
Total de despesas financeiras	(3.986.740)	(3.102.803)
Resultado financeiro líquido	(1.503.970)	(1.373.717)

- (a) Na controladora, o aumento nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, do crescimento do saldo médio de caixa e aplicações financeiras em relação ao mesmo período do ano anterior. No Consolidado, houve um aumento nos rendimentos financeiros, impulsionado pelo desempenho mais favorável do CDI no período até março de 2026 que atingiu 3,41%, frente aos 2,99% registrados no mesmo período de 2025;
- (b) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, da contratação de operações de *swap* e da variação cambial incidente sobre essas operações. No período findo em 31 de março de 2026, foi reconhecida despesa financeira em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 5,14%. No período findo em 31 de março de 2025, por sua vez, também se registrou despesa financeira, com queda do dólar de 7,27%. Na controladora, o principal impacto decorre do resultado das opções de compra vinculadas à participação na Equatorial Energia Distribuição S.A., que, no exercício geraram despesa;
- (c) Na Controladora, a redução nos encargos da dívida deve-se, principalmente, à queda do saldo de endividamento durante o período de 31 de março de 2026 em relação ao mesmo período no ano anterior. No Consolidado, o aumento dos encargos reflete o crescimento do saldo da dívida em relação ao mesmo período do ano anterior. Contribuiu também para esse resultado a variação do CDI, principal indexador das dívidas da Companhia e de suas controladas, que passou de 2,99% acumulado até 31 de março de 2025 para 3,41% no acumulado até 31 de março de 2026;
- (d) No acumulado até 31 de março de 2026, o principal impacto decorre da variação cambial, que gerou receita em função da desvalorização de 5,14% do dólar no período. Em igual período de 2025, a variação cambial também resultou em receita, refletindo a queda de 7,27% do dólar. Adicionalmente às variações monetárias e cambiais, o resultado é influenciado pela marcação a valor justo das dívidas sujeitas a operações de *swap*, designadas em *hedge* a valor justo;
- (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas (Contratantes) e a Companhia (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos;
- (f) Referente a PECLD sobre a atualização financeira calculada sobre o saldo de Créditos Especiais - Aguardando ressarcimento, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.2 - Movimentação do saldo de Créditos Especiais - Ativo FUNAC; e
- (g) Valor referente ao reconhecimento de ajuste a valor presente de R\$ R\$ 13.365 e (R\$ 12.458), conforme notas explicativas nº 6 - Contas a receber de clientes, nº 18.4 - Movimentação de empréstimos e financiamentos e nº 22.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial, respectivamente.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

33 Instrumentos financeiros

33.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, derivativos e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 18.5 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 19.6 – *Covenants* das debêntures.

33.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam operações com derivativos (*Swap*) para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 a Companhia, através de suas controladas, possuíam operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia e suas controladas adotam a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os *swaps* contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa. Já os *swaps* contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de valor justo.

33.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

mudanças. Para o período findo em 31 de março de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Controladora			31/03/2026		31/12/2025	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	13.978	13.978	932.901	932.901
Instrumentos financeiros derivativos – opção de compra de ações (a)	3	Valor justo por meio do resultado	-	-	2.190	2.190
Total do ativo			13.978	13.978	935.091	935.091

			31/03/2026		31/12/2025	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	3.140	3.140	4.138	4.138
Debêntures	-	Custo amortizado	1.505.611	1.512.360	1.562.524	1.579.445
Total do passivo			1.508.751	1.515.500	1.566.662	1.583.583

Consolidado			31/03/2026		31/12/2025	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	5.945.374	5.945.374	8.546.907	8.546.907
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	10.114.164	10.114.164	10.315.564	10.315.564
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	1.734.428	1.734.428	1.813.458	1.813.458
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	Custo amortizado	349.808	349.808	349.930	349.930
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	-	-	24.027	24.027
Instrumentos financeiros derivativos – opção de compra de ações	3	Valor justo por meio do resultado	-	-	2.190	2.190
Ativo financeiro de concessão – Distribuidoras	3	Valor justo por meio do resultado	19.918.057	19.918.057	19.135.756	19.135.756
Compromissos futuros	2	Valor justo por meio do resultado	241.803	241.803	243.233	243.233
Total do ativo			38.303.634	38.303.634	40.431.065	40.431.065

			31/03/2026		31/12/2025	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	4.684.708	4.684.708	4.993.623	4.993.623
Fornecedores – risco sacado (convênio)	-	Custo amortizado	457.372	457.372	458.432	458.432
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	17.522.511	17.525.978	18.176.834	18.236.053
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	2.787.736	2.786.781	2.801.669	2.801.669
Debêntures	-	Custo amortizado	23.989.980	23.632.561	24.158.665	23.707.289
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	12.541.186	12.541.186	9.334.595	9.334.595
Valores a pagar da recuperação judicial	-	Custo amortizado	1.038.701	1.177.750	1.031.945	1.170.608
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	251.775	251.775	339.685	339.685
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	1.113.471	1.113.471	635.151	635.151
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	97.922	111.018	100.132	112.884
AICs Ressarcíveis (a)	3	Valor justo por meio do resultado	6.270	6.270	14.948	14.948
Compromissos futuros	2	Valor justo por meio do resultado	176.287	176.287	146.151	146.151
Total do passivo			64.667.919	64.465.157	62.191.830	61.951.088

- (a) O montante do ressarcimento devido à AXIA Energia, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Equatorial Piauí provisionou o montante de R\$ 6.270 (R\$ 14.948 em 31 de dezembro de 2025). Após a homologação pela ANEEL do resultado da revisão tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à AXIA Energia.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

33.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas é realizar *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas utilizam contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

33.4.1 Controladora (Opção de compra)

Em 05 de novembro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de acordo de investimento entre a Equatorial S.A. e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), com a interveniência e anuência da controlada Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Equatorial Distribuição"), regulando os termos e condições gerais para a realização de um investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais do capital social. Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição.

Em 21 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um novo acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições para a realização do investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe C e adicional de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição.

Com a conclusão do novo investimento, o Itaú Unibanco S.A. passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais (Classe A, B e C) representativas de 25,79% do capital social total da Equatorial Distribuição, e a Equatorial S.A., por sua vez, sendo titular da totalidade das ações ordinárias representativas de 74,21% do capital social da Equatorial Distribuição.

Em 11 de novembro de 2025, a Companhia realizou o exercício parcial das opções de compra junto ao Itaú, no montante de R\$ 2.000.000, sendo R\$ 392.000 na Classe A e R\$ 1.608.000 na Classe B. Com o exercício parcial das opções de compra, a Equatorial S.A. passou a ser titular de parte das ações preferenciais (Classe A, B e C) representativas de 90,42% do capital social total da Equatorial Distribuição, e o Itaú Unibanco S.A., por sua vez, sendo titular da totalidade das ações ordinárias representativas de 9,58% do capital social da Equatorial Distribuição.

Em 05 de janeiro de 2026, a Companhia exerceu a totalidade da opção de compra para aquisição das ações preferenciais classe A e classe B de emissão da Equatorial Distribuição, representativas, na data do exercício, respectivamente, de aproximadamente 1,66% do capital social da Equatorial Distribuição, pelo valor de R\$ 28.214.572,68, e de aproximadamente 2,75% do capital social da

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Distribuição, pelo valor de R\$ 144.628.735,17.

Nos termos do Acordo de Acionistas Equatorial Distribuição, a totalidade das ações preferenciais classe A e classe B foi convertida em ações ordinárias, de forma que, com a conclusão da operação: (i) a Equatorial Distribuição passou a ter seu capital social composto por ações ordinárias e ações preferenciais classe C, as quais passaram a ser denominadas apenas como ações preferenciais; (ii) a Companhia manteve-se titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da Equatorial Distribuição, as quais passaram a representar aproximadamente 95,53% do capital social total da Equatorial Distribuição; e (iii) o Itaú manteve-se titular de ações preferenciais que passaram a representar aproximadamente 4,47% do capital social total da Equatorial Distribuição.

Adicionalmente, a Companhia e o Itaú celebraram, em 05 de janeiro de 2026, o quarto aditivo ao Acordo de Acionistas Equatorial Distribuição, o qual regula os direitos e obrigações da Companhia e do Itaú na qualidade de únicos acionistas da Equatorial Distribuição, para refletir os ajustes decorrentes do exercício integral da opção de compra das ações preferenciais classe A e classe B, e a subsequente conversão da totalidade das ações preferenciais classe A e classe B de emissão da Equatorial Distribuição em ações ordinárias.

A Companhia detém um direito de recompra da totalidade das ações preferenciais (Classes A, B e C) da Equatorial Distribuição que pode ser exercida entre 31 de março de 2026 a 31 de março de 2030. O preço da compra, se a opção for exercida, será: o valor de R\$ 1.000.000 corrigido por 105% do CDI desde 22 de dezembro de 2023 até 10 novembro de 2025, e corrigido por 100% do CDI a partir de 11 de novembro de 2025, até a data do exercício da opção de compra. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, estando no controle da Companhia o exercício ou não deste direito.

Destaca-se que os direitos e obrigações da Equatorial S.A. e do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de acionistas da Equatorial Distribuição, foram disciplinados por meio de acordo de investimento e acordo de acionistas celebrados entre as partes aditados de tempos em tempos.

A desproporcionalidade dos dividendos em relação à participação no capital social levaria a Companhia a exercer a opção mesmo em cenários na qual o valor das ações reduzisse, ou seja, em situações nas quais a Companhia obtivesse prejuízo no exercício da *call*. Tal efeito não é capturado tradicionalmente no cálculo de uma opção de compra.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, que podem ser assim resumidos:

Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
		31/03/2026	31/12/2025
Opção de compra de ações			
Itaú Unibanco	100% do CDI	-	2.190
Ativo não circulante		-	2.190

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Mensuração a valor justo

A mensuração do valor justo deste instrumento é baseada em dados não observáveis uma vez que o preço da compra, caso incorrido pela Companhia, é calculado sobre o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pela correção de cada classe, reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários.

Em 31 de março de 2026, não há montante da posição favorável do valor justo das opções de compra (derivativo embutido)(R\$ 2.190 em 31 de dezembro de 2024), reconhecido como instrumento financeiro de nível 3, conforme segue:

Técnicas de valorização	Valor justo - opção de compra de ações (resultado) em 31/03/2026	Inputs significativos não observáveis	Sensibilidade dos <i>inputs</i> ao valor justo
Método de fluxo de caixa descontado	-	Dividendos (*)	+10% (aumento no valor justo de R\$114.432) -10% (redução no valor justo de R\$114.432)

(*) Projeção de dividendos a serem recebidos pelas ações PN da controlada Equatorial Distribuição S.A. até 31 de março de 2030.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas -- Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

33.4.2 Consolidado

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Controladas	Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (R\$)	Amortização	Tipo de hedge	Tipo	Juros	Indexadores	31/03/2026	31/12/2025
Equatorial Maranhão	Banco Sumitomo	31/03/2026	31/03/2033	US\$ 30.000	R\$ 157.200	Semestral	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 5,2630% a.a./ CDI + 0,61% a.a.	(3.415)	-
Equatorial Maranhão	Banco Sumitomo	31/03/2026	29/03/2030	US\$ 20.000	R\$ 104.800	Semestral	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 5,8846% a.a./ CDI + 1,36% a.a.	(1.767)	-
Equatorial Maranhão	XP	04/10/2024	15/09/2036	-	R\$ 550.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI + 0,285% a.a.	(51.104)	(38.277)
Equatorial Maranhão	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	US\$ 73.684	R\$ 420.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 5,8035% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(55.324)	(19.887)
Equatorial Maranhão	Scotiabank	30/01/2025	28/01/2028	US\$ 18.000	R\$ 106.920	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 5,2780% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(16.671)	(13.733)
Equatorial Maranhão	Scotiabank	19/02/2025	18/02/2028	US\$ 32.683	R\$ 186.223	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 5,2710% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(21.127)	(15.169)
Equatorial Maranhão	Bradesco	25/04/2025	15/08/2043	-	R\$ 420.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,72% a.a./ CDI + 0,12% a.a.	(11.591)	(8.655)
Equatorial Pará	Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	US\$ 50.000	R\$300.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Anual	USD + 6,0118% a.a./ CDI + 1,09% a.a.	(50.627)	(26.053)
Equatorial Pará	BTG	20/12/2024	15/12/2036	-	R\$1.475.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,7477% a.a./ CDI + 0,38% a.a.	(21.604)	(43.575)
Equatorial Pará	Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	R\$1.300.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,025% a.a.	(33.099)	(46.792)
Equatorial Pará	Bradesco	13/02/2026	15/01/2038	-	R\$ 800.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	6,57% a.a./ CDI - 0,7875% a.a.	5.776	-
Equatorial Piauí	Scotiabank	26/04/2021	26/04/2026	US\$ 53.571	R\$ 300.000	Anual	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 2,27% a.a. / CDI + 1,77%	(20.289)	(8.629)
Equatorial Piauí	Santander	07/12/2022	16/11/2026	US\$ 28.184	R\$ 146.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Trimestral	USD + 6,24% a.a./CDI + 1,62% a.a.	(1.444)	7.558
Equatorial Piauí	XP	04/10/2024	15/09/2036	US\$ 0	R\$ 300.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	USD + 6,8091% a.a./ CDI + 0,41% a.a.	(27.646)	(20.573)
Equatorial Piauí	Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	US\$ 31000	R\$ 177.630	Anual	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	USD + 5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(25.918)	(10.823)
Equatorial Piauí	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	US\$ 49.123	R\$ 280.000	Bullet	Valor Justo	Câmbio	Semestral	USD + 5,8035% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(36.883)	(13.257)
Equatorial Piauí	Itau	28/03/2025	15/08/2043	US\$ 0	R\$ 260.000	Mensal	Fluxo de Caixa	Juros	Mensal	IPCA + 7,52% a.a./ CDI + 0,05% a.a.	(3.070)	(1.203)
Equatorial Piauí	Scotiabank	08/08/2025	08/08/2028	US\$ 58.929	R\$ 330.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 4,8680% a.a./ CDI + 1,00% a.a.	(35.860)	(25.322)
Equatorial Piauí	XP	05/09/2025	15/08/2043	-	R\$ 460.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,52% a.a./ CDI - 0,05% a.a.	(31.102)	(28.788)
Equatorial Piauí	Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$ 250.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,07% a.a.	1.818	6.876
Equatorial Piauí	Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$ 250.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,1962% a.a./ CDI - 0,16% a.a.	1.031	6.259
Equatorial Piauí	Bradesco	13/02/2026	15/01/2038	-	R\$ 600.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA 6,57% a.a./ CDI - 0,7875% a.a.	4.331	-
CEEE-D	Itau	23/12/2022	15/12/2029	-	R\$250.000	Bullet	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,1498% a.a./CDI + 1,08% a.a.	(18.718)	(14.577)
CEEE-D	Citibank	30/06/2023	27/01/2027	US\$ 120.000	R\$583.800	Semestral	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 1,09% a.a./CDI + 1,85% a.a.	19.614	68.685
CEEE-D	Bank of America	06/07/2023	29/01/2027	US\$ 48.000	R\$233.760	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Anual	USD + 6,7882% a.a./CDI + 1,8475% a.a.	(927)	20.643
CEEE-D	XP	19/06/2024	15/05/2036	-	R\$250.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,5596% a.a. / CDI + 0,29% a.a.	(23.917)	(26.431)
CEEE-D	BTG	04/10/2024	15/09/2036	-	R\$420.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI + 0,24% a.a.	(38.716)	(28.972)
CEEE-D	Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	R\$300.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,020% a.a.	(586)	(3.806)
CEEE-D	Bradesco	22/07/2025	15/08/2043	-	R\$430.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,3350% a.a.	(7.367)	(4.029)
Telecom	Bocom	28/12/2021	28/12/2026	US\$ 3.495	R\$20.000	Semestral	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Libor + 2,07% a.a / CDI + 1,71% a.a.	(2.449)	(918)
CEA	Scotiabank	29/12/2021	29/12/2026	US\$ 43.867	R\$250.000	Anual	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 2,52% a.a. / CDI + 1,85% a.a.	(19.164)	(9.414)
CEA	Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 36.000	R\$179.280	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	-	11.360
CEA	Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 24.240	R\$120.720	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	-	7.649
CEA	ABC	20/12/2024	15/12/2036	-	R\$250.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,9091% a.a./ CDI + 0,51% a.a.	(3.450)	(7.310)
CEA	BNP	11/07/2025	11/07/2027	-	R\$600.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Anual	EUR + 3,61% a.a./ CDI + 0,9245% a.a.	(105.044)	(40.443)
CEA	Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	R\$150.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,020% a.a.	(3.826)	(5.403)
CEA	Bradesco	02/07/2025	15/08/2043	-	R\$217.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,70% a.a./ CDI + 0,5850% a.a.	(8.573)	(6.820)
CEA	Citibank	25/08/2025	24/08/2028	US\$ 47.421	R\$260.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 1,10% a.a./CDI + 0,99% a.a.	(18.442)	(10.059)
Equatorial Alagoas	Santander	26/10/2022	05/10/2026	US\$ 52.318	R\$ 276.500	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Trimestral	USD + 6,45% a.a./CDI + 1,62% a.a.	(10.743)	5.891
Equatorial Alagoas	1ª Debêntures	28/10/2022	15/10/2034	-	R\$ 100.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,3618% a.a./ CDI + 0,74% a.a.	(14.191)	(12.145)
Equatorial Alagoas	Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	US\$ 17.452	R\$ 100.000	Anual	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	USD + 5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(14.535)	(6.092)
Equatorial Alagoas	Scotiabank	29/11/2024	29/11/2027	US\$ 90.000	R\$ 522.900	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	USD + 6,7670% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(76.131)	(32.631)
Equatorial Alagoas	Itau	28/03/2025	15/08/2043	-	R\$ 70.000	Mensal	Fluxo de Caixa	Juros	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,21% a.a.	(815)	(320)
Equatorial Alagoas	BNP Paribas	29/05/2025	15/09/2032	US\$ 100.000	R\$ 569.360	Semestral	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 2,10% a.a./CDI + 1,19% a.a.	(60.390)	(41.122)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas -- Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

Controladas	Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (R\$)	Amortização	Tipo de hedge	Tipo	Juros	Indexadores	31/03/2026	31/12/2025
Equatorial Alagoas	Scotiabank	08/08/2025	08/08/2028	US\$ 23.214	R\$ 130.000	Bullet	Valor Justo	Câmbio	Semestral	USD + 4,8680% a.a./ CDI +1,00% a.a.	(14.126)	(9.975)
Equatorial Alagoas	BTG	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$ 250.000	Anual	Fluxo de Caixa	Juros	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,19% a.a.	(5.045)	(7.443)
Equatorial Alagoas	XP	30/10/2025	15/08/2043	-	R\$ 84.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,18% a.a.	19	637
Equatorial Alagoas	BBVA	30/12/2025	30/12/2030	EUR 25.590	R\$ 167.028	Bullet	Valor Justo	Câmbio	Semestral	EUR + EURIBOR + 1,50% a.a./CDI + 0,80% a.a.	(17.542)	(3.608)
Equatorial Alagoas	Bank of America	30/12/2025	30/12/2030	US\$ 30.000	R\$ 167.217	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 1,80% a.a./ CDI + 0,82% a.a.	(14.486)	(3.899)
Echoenergia Participações	Safra	23/09/2025	23/09/2027	US\$ 18.802	R\$100.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	USD + 5,60% / CDI + 0,90% a.a.	(8.384)	478
Equatorial Serviços	Bocom	17/06/2024	17/06/2027	US\$ 14.799	R\$80.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	USD + Sofr + 2,76% a.a./ CDI +1,48% a.a.	(3.504)	698
Equatorial Goiás	XP	13/06/2024	15/05/2036	-	R\$ 950.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,4895% a.a./ CDI + 0,30% a.a.	(86.666)	(95.869)
Equatorial Goiás	Bank of America	22/07/2024	22/07/2027	US\$ 70.000	R\$ 383.600	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 6,0824% a.a./ CDI +1,20% a.a.	(27.363)	(13.639)
Equatorial Goiás	BTG	08/10/2024	15/09/2036	-	R\$ 800.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,27% a.a.	(76.595)	(58.034)
Equatorial Goiás	Bradesco	29/04/2025	15/08/204	-	R\$ 300.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI +0,36% a.a.	(9.518)	(7.403)
Equatorial Goiás	Scotiabank	18/08/2025	18/08/2028	US\$ 35.000	R\$ 188.825	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 4,6370% a.a./ CDI + 1,00% a.a.	(14.521)	(8.131)
Equatorial Goiás	Itaú	26/08/2025	15/08/2043	-	R\$ 610.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,29% a.a.	(8.131)	(3.516)
Equatorial Goiás	Itaú	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$ 750.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,07% a.a.	2.364	17.452
Equatorial Goiás	Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$ 750.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,063% a.a.	2.334	17.435
Equatorial Goiás	Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$ 1.600.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,57% a.a./ CDI - 0,7875% a.a.	11.548	-
Subtotal (Controladas)											(1.113.471)	(611.124)
Subtotal (Companhia - nota explicativa nº 33.4.1)											-	2.190
Total (Companhia e controladas)											(1.113.471)	(608.934)
Ativo circulante											-	19.470
Ativo não circulante											-	6.747
Passivo circulante											(67.569)	(14.283)
Passivo não circulante											(1.045.902)	(620.868)
Efeito líquido total											(1.113.471)	(608.934)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas -- Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

Controladas	Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor nominal	31/03/2026		31/12/2025		31/03/2026	31/03/2025
				Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Alterações no valor de instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA (a)	
Equatorial Maranhão	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	1.945.143	-	(160.998)	-	(95.721)	(13.808)	169
Equatorial Pará	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	3.875.000	5.774	(105.328)	-	(116.420)	(490)	5.123
Equatorial Piauí	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	3.353.630	7.180	(182.110)	-	(87.902)	(8.417)	73.657
CEEE-D	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	2.467.560	19.614	(90.232)	11.513	-	(2.462)	3.832
Telecom	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	20.000	-	(2.450)	-	(918)	(107)	132
CEA	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	1.727.000	-	(158.499)	8.244	(68.684)	(1.919)	6.435
Equatorial Alagoas	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	2.437.005	19	(228.005)	3.094	(113.801)	(9.676)	10.278
Echoenergia Crescimento	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(9.988)
Echoenergia Participações	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	100.000	-	(8.384)	478	-	(1.354)	-
Equatorial Serviços	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	80.000	-	(3.504)	698	-	(365)	99
Equatorial Goiás	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	6.332.425	16.246	(222.794)	-	(151.705)	(2.428)	5.318
Total			22.337.763	48.833	(1.162.304)	24.027	(635.151)	(41.026)	95.055

(a) Além do saldo de R\$ 41.026 deve ser considerado o valor negativo de R\$ 63, correspondente ao reflexo de *Swap* da coligada SABESP.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

33.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Os riscos são apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria

Para o período findo em 31 de março de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

34 Demonstrações dos fluxos de Caixa

34.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Consolidado	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	445.329
Transferências entre ativo contratual e intangível	747.944
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores	59.220
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento	147.998
Total atividades de investimentos	1.400.491
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos, juros e mútuos	39.743
Hedge accounting de fluxo de caixa	31.353
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	1.647
Total atividades de financiamento	72.743
Total	1.473.234

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

34.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Controladora				
	31/12/2025	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	31/03/2026
Debêntures	1.562.524	-	(112.714)	55.801	1.505.611
Dividendos a pagar	142.737	(91)	-	-	142.646
Ações em tesouraria	(123.712)	(39.424)	-	-	(163.136)
Capital social	22.169.281	4.756	-	-	22.174.037
Total	23.750.830	(34.759)	(112.714)	55.801	23.659.158

	Consolidado						
	31/12/2025	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	31/03/2026
Empréstimos e financiamentos	20.978.503	(489.298)	(276.466)	-	-	97.508	20.310.247
Debêntures	33.493.260	2.870.011	(986.370)	-	-	1.154.265	36.531.166
Instrumentos financeiros derivativos	635.151	-	(113.350)	-	31.355	560.315	1.113.471
Compromissos futuros	146.151	-	-	-	-	30.136	176.287
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.031.945	(6.580)	(4.613)	-	-	17.949	1.038.701
Passivo de arrendamento	100.132	(5.585)	(1.257)	1.647	-	2.985	97.922
Capital social	22.169.281	4.756	-	-	-	-	22.174.037
Dividendos a pagar	336.887	(434.095)	-	-	-	434.000	336.792
Ações em tesouraria	(123.712)	(39.424)	-	-	-	-	(163.136)
Total	78.767.598	1.899.785	(1.382.056)	1.647	31.355	2.297.158	81.615.487

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do período. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

35 Operações descontinuadas

Em 04 de abril de 2025, a Companhia aprovou o plano de desinvestimento no Grupo Transmissão, anunciando para o mercado o evento por meio de fato relevante. Em 31 de outubro de 2025, a transação foi concluída após o atendimento de condições precedentes e a Companhia passou a apresentar o resultado do segmento de transmissão como operações descontinuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

O resultado das operações descontinuadas para o período findo em 31 de março de 2025 está demonstrado a seguir:

	31/03/2025 (Reapresentado)			Total
	SPEs de 1 a 6 e SPE 8	Equatorial Transmissão	Eliminações	
Operações descontinuadas				
Receita operacional líquida	325.365	-	-	325.365
Custos dos serviços prestados	(20.366)	-	-	(20.366)
Lucro bruto	304.999	-	-	304.999
Despesas gerais e administrativas	(3.058)	(73.021)	9.441	(66.638)
Resultado da equivalência patrimonial	-	87.887	(87.887)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	(99)	(28)	-	(127)
Total de receitas (despesas) operacionais	(3.157)	14.838	(78.446)	(66.765)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	301.842	14.838	(78.446)	238.234
Receitas financeiras	31.816	28.024	-	59.840
Despesas financeiras	(108.660)	(31.973)	-	(140.633)
Resultado financeiro	(76.844)	(3.949)	-	(80.793)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	224.998	10.889	(78.446)	157.441
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(8.985)	-	-	(8.985)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(35.339)	-	(3.210)	(38.549)
Impostos sobre o lucro	(44.324)	-	(3.210)	(47.534)
Lucro líquido do período	180.674	10.889	(81.656)	109.907

Conforme previsto no CPC 31/IFRS 5 - CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, as demonstrações do resultado referentes ao período findo em 31 de março de 2025 foram ajustadas e reapresentadas para fins de comparabilidade, de modo a refletir o segmento operacional do Grupo Transmissão como operações descontinuadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2025	Reclassificação	31/03/2025 (reapresentado)
Operações em continuidade			
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas	11.384.012	(284)	11.383.728
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	325.081	(325.081)	-
Receita operacional líquida	11.709.093	(325.365)	11.383.728
Energia elétrica comprada para revenda	(4.920.863)	-	(4.920.863)
Custo de construção	(2.287.533)	-	(2.287.533)
Custo da operação	(1.030.327)	20.366	(1.009.961)
Custos de energia elétrica, construção e operação	(8.238.723)	20.366	(8.218.357)
Lucro bruto	3.470.370	(304.999)	3.165.371
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(275.556)	-	(275.556)
Despesas gerais e administrativas	(633.329)	66.638	(566.691)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(191.539)	-	(191.539)
Resultado da equivalência patrimonial	213.691	-	213.691
Outras despesas operacionais, líquidas	(184.242)	127	(184.115)
Total de receitas (despesas) operacionais	(1.070.975)	66.765	(1.004.210)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social			
	2.399.395	(238.234)	2.161.161
Receitas financeiras	1.784.199	(55.113)	1.729.086
Despesas financeiras	(3.238.709)	135.906	(3.102.803)
Resultado financeiro	(1.454.510)	80.793	(1.373.717)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
	944.885	(157.441)	787.444
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(138.839)	8.985	(129.854)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(99.765)	38.549	(61.216)
Impostos sobre o lucro	(238.604)	47.534	(191.070)
Lucro das operações em continuidade	706.281	(109.907)	596.374
Operações descontinuadas			
Resultado das operações descontinuadas	-	109.907	109.907
Lucro líquido do período	706.281	-	706.281
Resultado atribuível aos:			
Acionistas da controladora	556.168	-	556.168
Acionistas não controladores	150.113	-	150.113
Lucro líquido do período	706.281	-	706.281

Nas demonstrações do resultado da controladora, o resultado de equivalência patrimonial do Grupo Transmissão, que totalizou R\$ 109.907 no período findo em 31 de março de 2025, foi reclassificado e passa a ser apresentado como resultado de operações descontinuadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

A demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas para o período findo em 31 de março de 2025 está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do período	109.907
Ajuste para:	
Amortização e depreciação (a)	587
Amortização do direito de concessão (a)	61.824
Remuneração de ativo contratual	(331.245)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	133.584
Rendimentos de aplicações financeiras	(50.185)
Outros	53.661
	(21.867)
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:	
Contas a receber de clientes	256.473
Outras contas a pagar	62.719
Outros	10.816
Caixa proveniente das atividades operacionais	330.008
Rendimentos de aplicações financeiras	50.185
Imposto de renda e contribuição social pagos	(59.277)
Juros pagos/recebidos	(72.134)
	(81.226)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	226.915
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Aquisições no ativo intangível e imobilizado	(62.531)
Aplicações financeiras	(39.712)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(102.243)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Amortização de debêntures	(98.665)
Dividendos pagos	(710.001)
Outros	(25.104)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(833.770)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(709.098)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.034.711
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	325.613
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(709.098)

- (a) Os saldos de Amortização e depreciação e Amortização do direito da concessão do Grupo Transmissão em 31 de outubro de 2025 (data da venda) eram de R\$ 3.156 e R\$ 185.473, respectivamente.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

36 Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

A Companhia optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços. Desta forma, os segmentos econômicos em que atua são: Distribuição, Geração, Serviçosⁱ, Saneamento e Administraçãoⁱⁱ, cujas informações das operações por segmento estão conforme a seguir:

	31/03/2026						
	Distribuição	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
					Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	11.844.846	320.409	601.907	39.298	-	(56.522)	12.749.938
Custos e despesas operacionais	(8.985.629)	(172.975)	(658.575)	(40.034)	(129.350)	56.522	(9.930.041)
Depreciação/amortização	(662.204)	(76.294)	(8.205)	(2.085)	(224)	-	(749.012)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	2.197.013	71.140	(64.873)	(2.821)	(129.574)	-	2.070.885
Receita financeira	2.393.480	51.834	6.649	1.048	35.087	(5.328)	2.482.770
Despesa financeira	(3.729.351)	(165.423)	(7.702)	(37.934)	(51.656)	5.328	(3.986.738)
Resultado financeiro	(1.335.871)	(113.589)	(1.053)	(36.886)	(16.569)	-	(1.503.968)
Resultado de participações societárias	-	-	(69.002)	-	958.612	(635.878)	253.732
Imposto de renda e contribuição social	(181.110)	(26.366)	1.180	-	(7.597)	-	(213.893)
Lucro líquido do período	680.032	(68.815)	(133.748)	(39.707)	804.872	(635.878)	606.756
	31/03/2025 (Reapresentado)						
	Distribuição	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
					Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	10.591.921	317.331	483.966	59.537	-	(69.027)	11.383.728
Custos e despesas operacionais	(8.098.277)	(167.586)	(460.343)	(62.583)	(97.765)	69.027	(8.817.527)
Depreciação/amortização	(536.778)	(74.926)	(6.041)	(788)	(198)	-	(618.731)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	1.956.866	74.819	17.582	(3.834)	(97.963)	-	1.947.470
Receita financeira	1.585.633	55.836	13.636	1.263	129.628	(56.910)	1.729.086
Despesa financeira	(2.743.131)	(212.810)	(16.297)	(56.287)	(131.188)	56.910	(3.102.803)
Resultado financeiro	(1.157.498)	(156.974)	(2.661)	(55.024)	(1.560)	-	(1.373.717)
Resultado de participações societárias	-	-	(11.217)	-	1.009.295	(784.387)	213.691
Imposto de renda e contribuição social	(140.710)	(15.694)	(16.010)	-	(18.656)	-	(191.070)
Lucro líquido do período	658.658	(97.849)	(12.306)	(58.858)	891.116	(784.387)	596.374

Equatorial S.A. e Consolidado



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

31/03/2026							
	Distribuição	Geração	Serviços ⁱ e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
					Administração ⁱⁱ	Eliminações	
Ativos operacionais	90.189.745	12.971.481	1.397.360	1.047.256	40.887.096	(34.700.971)	111.791.967
Passivos operacionais	73.782.166	6.643.983	751.775	1.430.433	2.936.203	(1.951.916)	83.592.644
31/12/2025							
	Distribuição	Geração	Serviços ⁱ e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
					Administração ⁱⁱ	Eliminações	
Ativos operacionais	87.271.320	13.030.328	1.400.878	1.038.059	40.341.531	(33.478.173)	109.603.944
Passivos operacionais	71.464.546	6.641.308	692.028	1.400.530	2.722.073	(1.644.489)	81.275.997

ⁱ"Serviços" diz respeito às atividades de serviços fornecidos pela Equatorial Serviços S.A., Equatorial Telecomunicações S.A., Equatorial Renováveis S.A., E-Nova Geração Distribuída S.A., e Equatorial Engenharia e Construções S.A. Para mais informações, consultar nota explicativa nº 11.2 - Informações das controladas; e

ⁱⁱ"Administração" refere-se aos serviços de Administração Central decorrentes da operação de *holding*, bem como compartilhamento de pessoal e infraestrutura, fornecidas pelas empresas Equatorial Energia Distribuição S.A., Equatorial Participações e Investimentos S.A., Equatorial Participações e Investimentos II S.A., Equatorial Participações e Investimentos III S.A. e Equatorial S.A. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 11.2 - Informações das controladas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

36.1 Receita operacional por segmento

	31/03/2026					Total
	Distribuição	Geração	Serviços	Saneamento	Eliminações	
Suprimento de energia elétrica	342.810	-	-	-	-	342.810
Fornecimento de energia elétrica	11.759.454	-	603.332	-	-	12.362.786
Receita de construção	2.536.148	-	-	9.156	-	2.545.304
Receita pela disponibilidade - uso da rede	1.078.348	-	-	-	(5.903)	1.072.445
Receita com venda de energia	-	338.211	-	-	-	338.211
Abastecimento de água e serviços de esgoto	-	-	-	32.115	-	32.115
Outras receitas	794.368	4.256	68.149	1.099	(43.009)	824.863
Total da receita bruta	16.511.128	342.467	671.481	42.370	(48.912)	17.518.534

	31/03/2025 (Reapresentado)					Total
	Distribuição	Geração	Serviços	Saneamento	Eliminações	
Suprimento de energia elétrica	126.839	-	-	-	-	126.839
Fornecimento de energia elétrica	10.236.704	-	417.971	-	-	10.654.675
Receita de construção	2.252.211	-	-	35.322	-	2.287.533
Receita pela disponibilidade - uso da rede	795.567	-	-	-	(5.136)	790.431
Receita com venda de energia	-	332.134	-	-	-	332.134
Abastecimento de água e serviços de esgoto	-	-	-	25.592	-	25.592
Outras receitas	854.009	3.660	121.366	1.096	(57.309)	922.822
Total da receita bruta	14.265.330	335.794	539.337	62.010	(62.445)	15.140.026

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
 -- Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

(a) Receita operacional distribuição

A Companhia optou evidenciar as informações por segmentos econômicos por Unidade Federativa em que atua no setor de distribuição* de energia:

	31/03/2026							
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Goiás	Amapá	Total
Receita operacional líquida	1.737.101	3.013.408	1.028.631	935.740	1.758.823	2.895.565	475.578	11.844.846
	31/03/2025							
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Goiás	Amapá	Total
Receita operacional líquida	1.532.262	2.694.964	878.667	812.853	1.562.326	2.728.861	381.988	10.591.921

* As controladas distribuidoras possuem sedes operacional e administrativa nas respectivas Unidades Federativas em que atuam.

37 Compromissos futuros

37.1 Compromissos futuros de energia

A controlada direta, Echoenergia Crescimento e a controlada indireta Equatorial Renováveis, operam no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmaram contratos de compra e venda de energia bilateralmente com suas contrapartes. Estas transações resultaram em ganhos e perdas para o Grupo, que foram reconhecidas pelos seus valores justos no resultado do período.

Em 31 de março de 2026, os contratos de venda e compra de energia futura (*trading*) totalizam os montantes, respectivamente, de R\$ 241.803 e R\$ 176.287, em recebíveis e obrigações.

	31/03/2026		31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladas				
Echoenergia Crescimento	5.662	4.825	7.662	6.735
Equatorial Renováveis	236.141	171.462	235.571	139.416
Total	241.803	176.287	243.233	146.151
Circulante	169.464	151.022	171.622	117.971
Não circulante	72.339	25.265	71.611	28.180

37.2 Contratos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2029*
Energia contratada	2026 a 2046	10.944.007	15.356.648	15.801.927	183.537.572
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2046	40.306.002	53.383.686	53.089.551	518.025.082

(*) estimado em 09 anos após 2029.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2029*
Sistema isolado	2026 a 2029	581.822	201.228	190.883	636.833
Sistema isolado (MhW)	2026 a 2029	241.908	102.814	77.593	379.739
Encargos de uso do sistema de transmissão (CUST/CCT) e distribuição (CUSD)	2026 a 2046	119.931	124.575	129.236	268.157
Contratos de operação e manutenção	2026 a 2046	94.176	138.998	147.872	922.561

(*) estimado em 11 anos após 2029.

38 Eventos subsequentes

CEA

Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou no dia 07 de abril de 2026, o Reajuste tarifário de 2025 da Equatorial CEA, com efeito consumidor médio de 3,54% e vigência a partir de 13 de abril de 2026. O ajuste financeiro do período de postergação deve ser reconhecido no processo tarifário de 2026, a ocorrer em dezembro.

Liquidação de recurso da 10ª (decima) Emissão de Debêntures

Em 29 de abril de 2026, ocorreu a liquidação de recursos da 10ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante total de R\$ 500.000,00, com prazo de 6 anos, amortização no 4º, 5º e 6º ano, juros semestrais e sem carência, ao custo de CDI + 0,90% a.a.. Os recursos da emissão serão destinados à gestão ordinária dos negócios da emissora

Equatorial S.A.

Aumento de participação acionária relevante

A BlackRock, Inc. ("BlackRock"), na qualidade de administrador de investimentos, adquiriu ações ordinárias emitidas pela Equatorial S.A., sendo que, em 17 de abril de 2026, suas participações, de forma agregada, passaram a ser de 125.986.128 ações ordinárias e 58 American Depository Receipts ("ADRs"), representativas de 58 ações ordinárias, totalizando 125.986.186 ações ordinárias, representando aproximadamente 10,005% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia, e 328.787 instrumentos financeiros derivativos referenciados em ações ordinárias com liquidação financeira, representando aproximadamente 0,026% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

Equatorial Alagoas

Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou, no dia 28 de abril de 2026, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia com um efeito médio de 5,43%, com vigência a partir de 03 de maio de 2026 a 02 de maio de 2027. Para os consumidores conectados em média e alta tensão (comércio e indústria), o reajuste será de 7,80%, enquanto para aqueles conectados em baixa tensão (residenciais), o reajuste será 4,71%.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2026, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 142, relacionados ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, caracterizando-se como evento subsequente não ajustável.

Aumento de capital social

Em 25 de março de 2026, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada proposta para o aumento de capital no valor de R\$ 36.000, equivalente ao valor do excesso das reservas de lucros em relação ao montante do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, nos termos do art.269 § 1º da Lei das S.A, bem como a alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia.

Equatorial Maranhão

Prorrogação do contrato de concessão

Em 06 de maio 2026, a Companhia celebrou o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 60/2000-ANEEL, prorrogando sua vigência por 30 (trinta) anos, passando a ter término em 11 de agosto de 2060. O referido aditivo atualiza as condições contratuais, contemplando, dentre outros aspectos, aprimoramentos relacionados às obrigações de qualidade e continuidade do serviço, à governança e à sustentabilidade econômico-financeira da concessão, bem como à alocação de riscos e ao cumprimento de indicadores regulatórios. Com a renovação, em maio de 2026, haverá reclassificação do ativo financeiro da concessão para intangível coerente com a fundamentação legal de que houve extinção do direito de indenização e sua conversão em direito de exploração futura e o novo intangível da concessão deve iniciar sua amortização somente no início do novo período de concessão (agosto de 2030).

Equatorial Pará

Prorrogação do contrato de concessão

Em 06 de maio 2026, a Companhia celebrou o Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998-ANEEL, prorrogando sua vigência por 30 (trinta) anos, passando a ter término em 28 de julho de 2058. O referido aditivo promove a atualização das condições contratuais, incluindo disposições relacionadas às obrigações de qualidade e continuidade do serviço, à governança e à sustentabilidade econômico-financeira da concessão, bem como à definição de mecanismos de alocação de riscos e de atendimento a indicadores regulatórios. Com a renovação, em maio de 2026, haverá reclassificação do ativo financeiro da concessão para intangível coerente com a fundamentação legal de que houve extinção do direito de indenização e sua conversão em direito de exploração futura e o novo intangível da concessão deve iniciar sua amortização somente no início do novo período de concessão (julho de 2028).

CEEE-D

Programa de Transação Tributária "Acordo Gaúcho"

Em 30 de abril de 2026, a Companhia realizou a migração dos débitos de ICMS anteriormente parcelados no âmbito do Programa REFAZ Energia Elétrica (Decreto Estadual nº 55.577/2020) para o Programa de Transação Tributária "Acordo Gaúcho", instituído pela Lei Estadual/RS nº 16.241/2024, regulamentado pelo Decreto nº 58.264/2025 e pelo Edital Conjunto PGE-RS/Receita Estadual nº 02/2025, transferindo saldo de R\$ 911.460. A transação prevê redução de 75% sobre juros e multas, sem desconto sobre o valor principal da dívida, o que resultou em benefício

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

econômico de R\$ 354.583. Ainda nos termos da transação celebrada, a liquidação do saldo ocorrerá mediante pagamento de 40% em espécie, em quatro parcelas mensais com início em 30 de abril de 2026, e quitação dos 60% remanescentes por meio de compensação com precatórios estaduais.

Liquidação de recurso da 11ª (décima primeira) Emissão de Debêntures

Em 30 de abril de 2026, ocorreu a liquidação de recursos da 11ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante total de R\$ 750.000,00, com prazo de 7 anos, amortização no 5º, 6º e 7º ano, juros semestrais e sem carência, ao custo de CDI + 0,75% a.a.. Os recursos da emissão serão destinados à gestão ordinária dos negócios da emissora.

Captação de empréstimo

Em 29 de abril de 2026, foi liquidada a operação contratada junto ao *Scotiabank* via Lei nº 14.286 (que altera a Lei nº 4.131), no valor de USD 100.000, com o custo de USD + 4,7390% a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 0,98% a.a., perfazendo o montante de R\$ 495.500, prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais. O recurso será destinado para gestão ordinária da Companhia.

Equatorial Piauí

Aumento de capital social

Em 27 de abril de 2026, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 206.336, mediante a capitalização de parte das reservas legal, de incentivos fiscais e estatutária de lucros, sem a emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art.º 5 do Estatuto Social da Companhia.

Distribuição de dividendos

Em 27 de abril de 2026, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, houve a aprovação de distribuição de dividendos de R\$ 22.725, oriundos do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Echoenergia Participações

Aporte de capital na Echoenergia Participações

Em abril de 2026, a Echoenergia Participações recebeu aporte de capital no montante de R\$ 16.000 de sua única acionista, Equatorial S.A., a título de integralização de capital previamente subscrito. A operação não envolveu emissão de novas ações nem alteração na estrutura de controle societário da Companhia. Considerando que a deliberação e a efetiva integralização ocorreram após a data-base das demonstrações financeiras, o referido aporte é classificado como evento subsequente não ajustável, sendo divulgado apenas para fins informativos, sem impactos sobre os saldos reconhecidos em 31 de março de 2026.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Alienação parcial de participação na Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Em 24 de abril de 2026, a controlada direta Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A. celebrou contratos de compra e venda de ações no contexto da estruturação de operação de autoprodução por equiparação.

A transação resultou na alienação, pela Echoenergia Participações, de 15.027.744 ações à União Brasileira de Educação e Assistência (PUC-RS), correspondentes a 49,50% do capital social da investida. Após a conclusão da operação, não houve alteração no controle societário da Companhia. Tendo em vista que a operação foi formalizada após a data-base das demonstrações financeiras, o evento é classificado como subsequente não ajustável, não produzindo efeitos sobre os saldos contábeis reconhecidos em 31 de março de 2026.

Aporte de capital na Echoenergia Suprimentos Ltda.

Em abril de 2026, a Echoenergia Participações realizou aporte de capital no montante de R\$ 11.222 na Echoenergia Suprimentos Ltda., a título de integralização de capital previamente subscrito, sem emissão de novas quotas ou alteração no controle societário. Por ter ocorrido após o encerramento do exercício social, o referido aporte é classificado como evento subsequente não ajustável, sendo divulgado exclusivamente em nota explicativa, sem reflexos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2026.

Conselho de Administração

Eduardo Parente Menezes
(Presidente)

Guilherme Mexias Aché
(Vice-Presidente)

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Tania Sztamfater Chocolat

Tiago de Almeida Noel

Tinn Freire Amado

Dennis Herszkowicz

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Maria Salete Garcia Pinheiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Dorgival Soares da Silva

Adilson Celestino de Lima

Marizio Martins da Costa

Comitê de Auditoria Estatutário

Tinn Freire Amado
(Coordenador)

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Diretor-Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de Relações com Investidores

Humberto Luís Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Silva Sobral Neto
(Diretor)

Fernanda Verzenhassi Sacchi
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
(Diretor)

Marcos Antônio Souza de Almeida
(Diretor)

José Ailton Rodrigues
(Diretor)

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente Corporativo de Gestão Tributária,
Normas e Relatórios Contábeis
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA